

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

Órgão:

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO – CRCES

Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto):

Setor de Compras CRCES

Responsável pela Demanda:

Maria da Consolação Tessaro

E-mail:

maria.tessaro@crc-es.org.br

Matrícula:

19

Telefone:

(27) 3232-1622

1. Objeto da Contratação:

Contratação de empresa especializada para fornecimento **sob demanda** de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (gás de cozinha), acondicionado em cilindro P-13 botijão 13 kg, visando atender as necessidades da Sede do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo.

2. Justificativa da necessidade da contratação de serviço terceirizado:

2.1. Motivação da Contratação:

Justifica-se a contratação de empresa para atender às necessidades do CRCES, no que se refere à preparação de chá/café, que são servidos nas reuniões institucionais e oferecidos diariamente na sede do CRCES aos Profissionais da Contabilidade, Conselheiros e funcionários.

2.2. Alinhamento com o Planejamento Estratégico:

A contratação dos serviços objeto da presente demanda, visa assegurar a adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades institucionais do CRCES.

PROJETO Nº 5013 – AQUISIÇÃO DE BENS DE CONSUMO

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.3.1.3.01.01.020 – GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS

3. Quantidade de serviço a ser contratada:

As quantidades e valores estimados no TR, são conforme a necessidade da demanda do CRCES.


4. Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços:

Considerando que o contrato firmado com a empresa G & E COMERCIO DE GÁS LTDA, vence no dia 06/05/2020, a nova contratação deve ser concluída até tal data.

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

5. Indicação dos membros da Equipe de Planejamento:

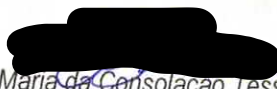
FUNÇÃO/CARGO	NOME DO(A) FUNCIONÁRIO(A)	MATRÍCULA	CIÊNCIA
Integrante-presidente da Equipe de Planejamento	Wekson José Barbieri Mariano	87	
Integrante(s) requisitante(s)	Maria da Consolação Tessaro	19	
Fiscal (*)	Maria da Consolação Tessaro	19	

(*) Sempre que for possível identificar o(s) servidor(es) que participar(ão) da fiscalização do contrato, o(s) qual(is) poder(ão) ser convidado(s) a participar do Planejamento da Contratação.

6. Responsabilidade pela Formalização da Demanda:

Local e Data: Vitória/ES, 10 de fevereiro de 2020.

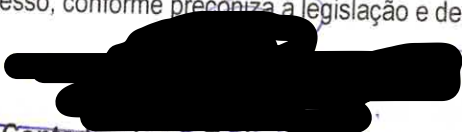
Chefia do setor responsável pela Formalização da Demanda:


Maria da Consolação Tessaro
Assistente Administrativo
Setor de Compras/Almoxarifado


Wekson José Barbieri Mariano
Chefe Administrativo
CRCES

(carimbo e assinatura)

Autorizo a abertura do respectivo processo, conforme preconiza a legislação e demais normas aplicáveis.


Contador Jorge Tadeu Laranja
Diretor Executivo CRCES

**CRCES**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESPÍRITO SANTO

FLS.: 03
PROC.: 244 / 20

TERMO DE REFERÊNCIA Nº. 08/2020

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - Decreto nº. 3.555/00 – Art. 8º, II c/c Art. 3º, caput e incisos I a III, da Lei Federal nº. 10.520/02 e subsidiariamente, às normas constantes da Lei nº. 8.666/93.

2. DO OBJETO

2.1 - Contratação de empresa (s) especializada (s) para fornecimento **sob demanda** de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (gás de cozinha), acondicionado em cilindro P-13 botijão 13 kg, visando atender as necessidades da Sede do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo, conforme as quantidades, especificações, obrigações e demais condições expressas neste Termo.

3. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

3.1 - Atender às necessidades do CRCES, no que se refere à preparação de chá/café, que são servidos nas reuniões institucionais e oferecidos diariamente na sede do CRCES aos Profissionais da Contabilidade, Conselheiros e funcionários.

4. ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO

Item	Especificação	Quantidade estimada anual
01	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (gás de cozinha), acondicionado em cilindro P-13 botijão 13 kg – Dispositivo de Segurança: Plugue Fusível – Padrão da Válvula: Norma ABNT NBR 8614, com dispositivo de segurança que, de acordo com a Norma, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Fabricado segundo Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Vasilhame não incluso.	08

4.1 As estimativas de quantidades constituem mera previsão dimensionada, e servem somente como referência para elaboração da proposta, não estando o CRCES obrigado a realizá-las em sua totalidade, não cabendo a CONTRATADA o direito de pleitear qualquer tipo de



CRCES

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESPÍRITO SANTO

reparação e/ou indenização. Portanto, o CRCES se reserva ao direito de, a seu critério, utilizar ou não as quantidades previstas.

4.2 O valor total estimado para a contratação do (s) referido objeto (s) será verificado através da pesquisa de mercado com empresas do ramo.

4.3 Todas as despesas decorrentes da operação devem estar inclusas no valor total da proposta, não cabendo por parte da contratante remunerar quaisquer outros serviços ou terceiros, envolvidos na operação, que fica a cargo da contratada.

Quadro para apresentação de valores					
Item	Descrição resumida	Unid.	Qtde.	Valor unitário	Valor total
01	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (gás de cozinha), acondicionado em cilindro P-13 botijão 13 kg – Dispositivo de Segurança: Plugue Fusível – Padrão da Válvula: Norma ABNT NBR 8614, com dispositivo de segurança que, de acordo com a Norma, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Fabricado segundo Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Vasilhame não incluso. Valor válido pelo período de 12 (doze) meses.	Unit.	08 recargas		

5. DO LOCAL, DO HORÁRIO E DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 Os objetos deste termo deverão ser entregues na sede do Conselho Regional de Contabilidade, na Rua Amélia da Cunha Ornelas, nº. 30, Bento Ferreira – Vitória/ES.

5.2 A prestação de serviços de recarga de botijão, será parcelada, ou seja, solicitada conforme demanda do CONTRATANTE.

5.3 A requisição será realizada por **e-mail** a ser fornecido pelo CONTRATADO e deverá ser atendida em até **02 (duas) horas**, contados do recebimento da requisição.



5.5 A prestação de serviços iniciar-se-á imediatamente após a assinatura do contrato.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 É de responsabilidade da CONTRATADA emitir a nota fiscal, com a descrição detalhada do serviço, como a indicação expressa dos encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte, quando for o caso;

6.2. Credenciar, junto a CONTRATANTE, um representante para prestar esclarecimentos e atender às solicitações e/ou reclamações que porventura surgirem durante a vigência do contrato;

6.3 Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

6.4. Disponibilizar para a contratada um atendimento personalizado e imediato, com fornecimento de números de telefones, e-mail, ou outra forma de comunicação.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Durante a vigência do Contrato, a prestação de serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor especialmente designado, o qual assumirá a função de Fiscal do Contrato;

7.2 Anotar todas as ocorrências relacionadas com a prestação do serviço, determinando o que for necessário à regularização, procedendo à juntada de documentos relevantes para comprovação dos fatos;

7.3 As decisões e providências, que ultrapassarem a competência do fiscal, deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes;

7.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.5 A fiscalização realizada pela CONTRATANTE, através de servidor previamente designado, não será motivo para exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA;

7.6 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto desta contratação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos;

7.7 Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade constatada na prestação de serviços;



CRCES

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESPÍRITO SANTO

8. DA PROPOSTA DE PREÇO

8.1 Apresentar planilha com descrição dos valores, de acordo com as especificações exigidas neste termo, informando os valores unitários e totais, com valores expressos em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso.

8.2 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos que forem omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título, devendo os serviços respectivos serem fornecidos ao CRCES sem ônus adicionais.

8.3 O critério deverá ser o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

Quadro para apresentação de valores					
Item	Descrição resumida	Unid.	Qtde.	Valor unitário	Valor total
1	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (gás de cozinha), acondicionado em cilindro P-13 botijão 13 kg – Dispositivo de Segurança: Plugue Fusível – Padrão da Válvula: Norma ABNT NBR 8614, com dispositivo de segurança que, de acordo com a Norma, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Fabricado segundo Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Vasilhame não incluso. Valor válido pelo período de 12 (doze) meses.	Unit.	08 recargas		

VALOR TOTAL GLOBAL (Valor total): **R\$ XXXXXXXX**

9. DO PAGAMENTO:

9.1 O pagamento à contratada será efetuado em moeda corrente, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura em 01 (uma) via devidamente atestada por servidor designado pelo CRCES após a prestação do serviço, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;



CRCES

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESPÍRITO SANTO

FLS.: 05
PROC.: 244 / 20

9.2 A Nota Fiscal/Fatura deverá indicar o número da Conta Corrente e Agência Bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária.

9.3 As Notas Fiscais/Faturas que forem apresentadas com erro serão devolvidas a empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado, os dias que se passarem entre a dada da devolução e a da reapresentação.

9.4 O pagamento das Notas Fiscais/Faturas somente será efetivado após a verificação da regularidade da empresa, com a apresentação das certidões necessárias para esse fim.

9.5 De acordo com o artigo 64 da lei nº 9430, de 27.12.96, os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do **imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social – COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP.**

9.6 A tabela de bens e serviços a que se refere o item anterior está à disposição de todos os interessados no site da Receita Federal www.receita.fazenda.gov.br, (IN SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, nº 539, de 25 de abril de 2005 e nº 791, de 10 de dezembro de 2007 – DOU de 29/12/2004, 27/04/2005 e 12/12/2007) e por ocasião do pagamento, conforme o caso, todos os impostos serão retidos na fonte conforme a legislação vigente.


9.7 Além do recebimento/aceite dos produtos e/ou execução dos serviços, a Nota Fiscal deverá ser formulada, já constando os impostos que serão retidos, sob pena de devolução para correção, contando-se o prazo para o pagamento a partir do recebimento regular da mesma (IN SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, nº 539, de 25 de abril de 2005 e nº 791, de 10 de dezembro de 2007 – DOU de 29/12/2004, 27/04/2005 e 12/12/2007).

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão às contas dos recursos **6.3.1.3.01.01.020.**

11. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

11.1 A contratação deve vigor da assinatura do contrato até 12 (doze) meses subsequentes, tendo validade e eficácia legal após a publicação no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, podendo tal prazo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, até o limite de 60 (sessenta) meses (Art. 57, II – Lei 8.666/93).


Maria da Consolação Tessaro
Assistente Administrativo
Compras/Almoxarifado
CRCES



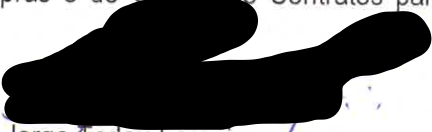
CRCES

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESPÍRITO SANTO

Considerando a justificativa apresentada, especificações técnicas e quantitativas, contidas no presente instrumento, demonstram-se satisfatórias e suficientes para o atendimento às necessidades do CRCES.

Aprovo o Termo de Referência.

Encaminhe-se ao Setor de Compras e de Gestão de Contratos para as providências necessárias.


Jorge Iadeu Laranja
Diretor Executivo do CRCES

MAPA DE ESTIMATIVA DE VALORES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	Aquafast		Distribuidora Grégorio		G&E Comercio Gás	
			PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Recarga de Gas Liquefeito de Petróleo - GLP (gas de cozinha), acondicionado em cilindro P-13 botijão 13 kg - Dispositivo de Segurança: Plugue Fusível - Padrão da Válvula: Norma ABNT NBR 8614, com dispositivo de segurança que, de acordo com a Norma, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Fabricado segundo Norma NBR 8460 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Vasilhame não incluso.	8	R\$ 85,00	R\$ 680,00	R\$ 87,00	R\$ 696,00	R\$ 90,00	R\$ 720,00
TOTAL:				R\$ 680,00		R\$ 696,00		R\$ 720,00

Vitoria, 13 de fevereiro de 2020

Maria da Conceição Tessaro
Setores Compras/Almoxarifado
CRCES

FLS.: 06
PROC.: 244 / 20

A Maria Tessaro

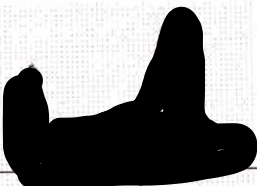
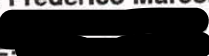

Conforme solicitado, apresentamos a nossa proposta para fornecimento gás butano, conforme especificado abaixo:

CRCES						
Proponente:		AQUAFast DISTRIBUIDORA LTDA ME				
Endereço:		RODOVIA BR-262, 4063 – CAMPO GRANDE				
Cidade:		CARIACICA – ES				
Telefone:		027-99825-0730		Fax:		

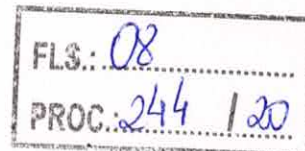
Item	Especificação	Unid.	Preço Unitário	Marca	Quant	Valor total
LOTE 1	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (gás de cozinha), acondicionado em cilindro P-13 botijão 13 kg – Dispositivo de Segurança: Plugue Fusível – Padrão da Válvula: Norma ABNT NBR 8614, com dispositivo de segurança que, de acordo com a Norma, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Fabricado segundo Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Vasilhame não incluso.	Unid.	R\$85,00	ultragaz	8	R\$680,00
Valor total						R\$680,00

Validade da proposta: Propomos os valores acima com validade da proposta de 60 dias, com pagamento através do banco 237, agência nº 6321-5, c/c nº 5015-6	CARIMBO DA EMPRESA LICITANTE (contendo o cnpj) 23.157.325/0001-88 AQUAFast DISTRIBUIDORA LTDA-ME BR 262, Nº 4063 Campo Grande, Cariacica - ES CEP: 29146-012
--	--

Atenciosamente,**Cariacica, 12 de fevereiro de 2020**


AQUAFast DISTRIBUIDORA LTDA ME
Representante legal: Frederico Marcolongo Marcicano
CI1: 
CPF: 

Responder a todos | Excluir Lixo eletrônico | ...



RES: COTAÇÃO GÁS DE COZINHA



Aquafast Distribuidora LTDA ME <aquafast@aquafast.net>



Responder a todos |

Ontem, 20:18

CRCES - Maria da Consolacao T

ORÇAMENTO GÁS DE COZINHA

O remetente da mensagem solicitou uma confirmação de leitura. Para enviar uma confirmação, clique aqui.

Esta mensagem foi enviada com prioridade alta.

Proposta GAS BUTANO ...
146 KB

Mostrar todos os 1 anexos (146 KB) Baixar

Maria, boa noite.

Segue a cotação solicitada.

Atenciosamente,

Frederico Marcolongo

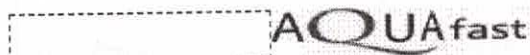
Administrativo

AQUAfast – Distribuidora

BR 262, Nº 4063 • CAMPO GRANDE • CARIACICA – ES • CEP 29.146-012

T +55 27 99825-0730

CNPJ: 23.157.325/0001-88



www.aquafast.net

De: CRCES - Maria da Consolacao T [mailto:maria.tessaro@crc-es.org.br]

Enviada em: segunda-feira, 10 de fevereiro de 2020 07:12

Para: aquafast@aquafast.net

Assunto: COTAÇÃO GÁS DE COZINHA

Bom dia!!!

Prezados Senhores,

Solicitamos a gentileza de nos fornecer cotação conforme planilha que segue em anexo, também consta o CNPJ da empresa.

COTAÇÃO DE PREÇOS

Setor: Compras

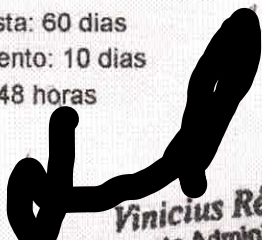
Data: 10/02/2020

Enviar para: maria.tessaro@crc-es.org.br / compras@crc-es.org.br - (27) 3232 1622.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (gás de cozinha), acondicionado em cilindro P-13 botijão 13 kg - Dispositivo de Segurança: Plugue Fusível - Padrão da Válvula: Norma ABNT NBR 8614, com dispositivo de segurança que, de acordo com a Norma, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Fabricado segundo Norma NBR 8460 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Vasilhame não incluso.	8	R\$ 87,00	R\$ 696,00
TOTAL:				R\$ 696,00

Vitória/ES, 10 de fevereiro de 2020.

Validade da proposta: 60 dias
Prazo para pagamento: 10 dias
Prazo de entrega: 48 horas


Vinicius Réboli
Gerente Administrativo

11.185.669/0001-11
082.785.50-2

DISTRIBUIDORA DE GÁS GREGÓRIO LTDA

Rua Fundação, nº 732
Vila Capixaba - Cariacica-ES
CEP 29148-140

Responder a todos | v



Excluir

Lixo eletrônico | v



FLS.: 10
PROC.: 244 / 20



RE: COTAÇÃO GÁS DE COZINHA



Gregorio dg <distribuidoragregorio@hotmail.com.br>



Responder a todos | v

Hoje, 13:37

CRCES - Maria da Consolacao T v

Caixa de Entrada

CCF_000396.pdf

543 KB



Mostrar todos os 1 anexos (543 KB) Baixar

Boa tarde, segue em anexo orçamento solicitado.

Att;

Vinicius Réboli**Distribuidora Gregório**

Nossa satisfação e atender bem !

(27) 3343-2647 (27) 99826-0296

De: CRCES - Maria da Consolacao T <maria.tessaro@crc-es.org.br>

Enviado: segunda-feira, 10 de fevereiro de 2020 08:18

Para: distribuidoragregorio@hotmail.com.br <distribuidoragregorio@hotmail.com.br>

Assunto: COTAÇÃO GÁS DE COZINHA




Bom dia!!!

Prezados Senhores,

Solicitamos a gentileza de nos fornecer cotação conforme planilha que segue em anexo, também consta o CNPJ da empresa.

Caso a empresa não tenha interesse em participar do processo, favor nos retornar via e-mail, a sua insatisfação.

Atenciosamente,

 Responder a todos | v Excluir Lixo eletrônico | v ...CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESPÍRITO SANTO**Setor de Compras / Almoxarifado / Patrimônio**www.crc-es.org.br | maria.tessaro@crc-es.org.br | 55 (27) 3232-1622 Rua Amélia da Cunha Ornelas, Número 30, Bairro Bento Ferreira - Vitória / ES - 29050-620 Economize papel. Imprima somente o que for indispensável. O Meio Ambiente agradece

COTAÇÃO DE PREÇOS

Setor: Compras

Data:

Enviar para: maria.tessaro@crc-es.org.br / compras@crc-es.org.br - (27) 3232 1622.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (gás de cozinha), acondicionado em cilindro P-13 botijão 13 kg - Dispositivo de Segurança: Plugue Fusível - Padrão da Válvula: Norma ABNT NBR 8614, com dispositivo de segurança que, de acordo com a Norma, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Fabricado segundo Norma NBR 8460 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Vasilhame não incluso.	8	R\$ 90,00	R\$ 720,00
TOTAL:				

Vitória/ES, 11 de fevereiro de 2020.

Assinatura do responsável pela cotação

Validade da proposta:

60 dias

Prazo para pagamento:

15 dias

Prazo de entrega:

1 hora

Carimbo CNPJ
G&E COMÉRCIO DE
GÁS LTDA-ME
CNPJ: 10.775.026/0001-65
INSC. ESTADUAL: 082.633.51-7
Rua Central, 22A - São José
CEP: 29.031-803 - VITÓRIA/ES

Responder a todos | Excluir Lixo eletrônico | ...

FLS.: 12
PROC.: 244 / 20

RE: COTAÇÃO GÁS DE COZINHA



Ernando e Alemão Gás <ernandogas@hotmail.com>



Responder a todos |

Hoje, 13:38

CRCES - Maria da Consolacao T

Caixa de Entrada

Scan0348.pdf
322 KB



Mostrar todos os 1 anexos (322 KB) Baixar

BOA TARDE!!!

SEGUE CONFORME SOLICITADO.

Ernando Gás

G & E Comércio de Gás LDTA-ME

(27) 3233 1603

(27) 3233 1877

Simone Damasceno



De: CRCES - Maria da Consolacao T <maria.tessaro@crc-es.org.br>

Enviado: segunda-feira, 10 de fevereiro de 2020 07:09

Para: ernandogas@hotmail.com <ernandogas@hotmail.com>

Assunto: COTAÇÃO GÁS DE COZINHA

Bom dia!!!

Prezados Senhores,

Solicitamos a gentileza de nos fornecer cotação conforme planilha que segue em anexo, também consta o CNPJ da empresa.

Caso a empresa não tenha interesse em participar do processo, favor nos retornar via e-mail, a sua insatisfação.

Atenciosamente,

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R\$ 35.318,63	R\$ 1.260,00	R\$ 1

Quantidade total de registros: 65

Registros apresentados: 13 a 13

FILTROS APLICADOS

Descrição	Ano da Compra
FORNECIMENTO DE GAS CANALIZADO	2019, 2020

RESULTADO 13

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00004/2019

Número do Item: 00001

Objeto da Compra: Serviço de fornecimento de gás natural para a IMBEL/FMCE referente ao ano de 2019.

Quantidade Ofertada: 1

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 100,00

Código do CATMAT: 4138

Descrição do Item: FORNECIMENTO DE GAS CANALIZADO

Descrição Complementar: SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL PARA IMBEL/FMCE REFERENTE AO ANO DE 2019 (M3).

Unidade de Fornecimento: SERVIÇO

Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação

Forma de Compra: SISPP

Data do Resultado: 25/02/2019

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GAS DO RIO DE JANEIRO - CEG

CNPJ/CPF: [REDACTED]

Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 168007 - INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL/FMCE

Órgão: INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 23.157.325/0001-88 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 26/08/2015
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL AQUAFAST DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AQUAFAST DISTRIBUIDORA	PORTE ME
--	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 45.30-7-05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar 47.55-5-02 - Comercio varejista de artigos de armarinho 47.55-5-03 - Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria 47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas 47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP) 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns 47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente 47.43-1-00 - Comércio varejista de vidros 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.56-3-00 - Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios 47.57-1-00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação 43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO ROD BR 262	NÚMERO 4063	COMPLEMENTO *****
--------------------------	----------------	----------------------

CEP 29.146-012	BAIRRO/DISTRITO CAMPO GRANDE	MUNICÍPIO CARIACICA	UF ES
-------------------	---------------------------------	------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO AQUAFAST@AQUAFAST.NET	TELEFONE (27) 9825-0730
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/08/2015
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 17/02/2020 às 17:17:25 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
23.157.325/0001-88
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
26/08/2015

NOME EMPRESARIAL

AQUAFAST DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
47.13-0-02 - Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines
33.12-1-02 - Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle
33.14-7-07 - Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial
49.30-2-04 - Transporte rodoviário de mudanças

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO
ROD BR 262

NÚMERO
4063

COMPLEMENTO

CEP
29.146-012

BAIRRO/DISTRITO
CAMPO GRANDE

MUNICÍPIO
CARIACICA

UF
ES

ENDEREÇO ELETRÔNICO
AQUAFAST@AQUAFAST.NET

TELEFONE
(27) 9825-0730

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
26/08/2015

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 17/02/2020 às 17:17:25 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2

**TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA EM EMPRESA
INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI
AQUAFAST DISTRIBUIDORA LTDA ME**

FREDERICO MARCOLONGO MARCICANO, [REDACTED], [REDACTED], comerciante, domiciliado [REDACTED] - Campo Grande - Paraná, filho de [REDACTED] e [REDACTED], natural de [REDACTED], nascido em [REDACTED], portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] SSP/ES e do CPF nº [REDACTED] e **ROBERTA PONTINI SARTORI**, [REDACTED], [REDACTED], e, domiciliado na [REDACTED] - [REDACTED] - [REDACTED], nascido em [REDACTED], portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] SSP/ES e do CPF nº [REDACTED] únicos sócios da sociedade, denominada **AQUAFAST DISTRIBUIDORA LTDA ME**, com sede na BR 262 - nº 4063 - Campo Grande - Cariacica/ES - CEP: 29.146-012, CNPJ nº 23.157.325/0001-88, registrada na JUCEES sob nº 32201826981 em 27/08/2015, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem o presente instrumento de alteração e transformação contratual, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RETIRADA DE SÓCIO

Retira-se da sociedade a sócia **ROBERTA PONTINI SARTORI**, acima qualificada, cedendo e transferindo o total de seu capital, totalmente integralizado, no valor de R\$ 2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais), dividido em 2.500 (Duas mil e quinhentas) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada, para o sócio **FREDERICO MARCOLONGO MARCICANO**.

A sócia **ROBERTA PONTINI SARTORI**, que se retira da sociedade, declara haver recebido todos os seus direitos e haveres perante a sociedade, nada mais tendo a reclamar, seja a que título for, nem dos cessionários e nem da sociedade, dando-lhes plena, rasa e irrevogável quitação.

Após a transferência, o sócio **FREDERICO MARCOLONGO MARCICANO**, fica com totalidade das quotas, que é de 10.000,00 (Dez mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), totalmente integralizadas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da empresa é neste ato, elevado para R\$ 99.800,00 (noventa e nove mil e oitocentos reais) dividido em 99.800 (noventa e nove e oitocentas) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada, cujo aumento de R\$ 89.800,00 (oitenta e nove mil e oitocentos reais) será integralizado neste ato em moeda corrente do país conforme distribuição de lucros acumulados da empresa, como segue:



CERTIFICO O REGISTRO EM 03/07/2019 14:40 SOB Nº 32600261880.
PROTOCOLO: 192099370 DE 01/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903017427. NIRE: 32600261880.
AQUAFAST DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI

Paulo Cezar Juffo
SECRETÁRIO-GERAL
VITÓRIA, 03/07/2019
www.simplifica.es.gov.br

**TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA EM EMPRESA
INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI
AQUAFAST DISTRIBUIDORA LTDA ME**

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR EM R\$	%
FREDERICO MARCOLONGO MARCICANO	99.800	99.800,00	100
TOTAL	99.800	99.800,00	100

CLÁUSULA TERCEIRA – DA TRANSFORMAÇÃO

Fica transformada esta SOCIEDADE LTDA em EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI, passando a denominação a ser **AQUAFAST DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI**, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

Para tanto, firma em ato contínuo, Ato Constitutivo de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

**ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA - EIRELI**

CLÁUSULA PRIMEIRA – NOME EMPRESARIAL E TÍTULO DE ESTABELECIMENTO

A empresa girará sob o nome empresarial **AQUAFAST DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI** e terá por título de estabelecimento **AQUAFAST DISTRIBUIDORA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – ENDEREÇO DA SEDE E DAS FILIAIS

A empresa tem sede na BR 262, nº 4063 – Campo Grande - Cariacica/ES - CEP: 29.146-012.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da empresa é de R\$ 99.800,00 (noventa e nove mil e oitocentos reais), totalmente integralizado em moeda corrente do país e representado por uma quota de igual valor nominal.



CERTIFICO O REGISTRO EM 03/07/2019 14:40 SOB Nº 32600261880.
PROTOCOLO: 192099370 DE 01/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903017427. NIRE: 32600261880.
AQUAFAST DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI

Paulo Cezar Juffo
SECRETÁRIO-GERAL
VITÓRIA, 03/07/2019
www.simplifica.es.gov.br

FL3: 16
PROC: 244 / 20

**TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA EM EMPRESA
INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI
AQUAFAST DISTRIBUIDORA LTDA ME**

CLÁUSULA QUARTA – DO OBJETO

A empresa tem por objeto: COMERCIO VAREJISTA DE BEBIDAS; COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS; LOJAS DE VARIEDADES, EXCETO LOJAS DE DEPARTAMENTOS OU MAGAZINES; COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO, COMERCIO A VAREJO DE PNEUMATICOS E CAMARAS DE AR, COMERCIO VAREJISTA ESP. DE EQUIPAM. E SUPRIMENTO INFORMATICA, COMERCIO VAREJISTA ESP. DE EQUIP. DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO, COMERCIO VAREJISTA ESP. DE ELETRODOMESTICO E EQUIP. DE AUDIO E VIDEO, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSORIOS, COMERCIO VAREJISTA ESP. DE PEÇAS E ACESSORIOS P/ APARELHO ELETROELETRONICOS, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA, COMERCIO VAREJISTA DE COSMETICOS DE PERFUMARIA E HIGIENE PESSOAL, COMERCIO VAREJISTA DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO, COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS, COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO DOMESTICO NAO ESPECIFICADO ANTERIORMENTE, COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NAO ESPECIFICADO ANTERIORMENTE, COMERCIO VAREJISTA DE VIDROS, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELETRICA, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE ART CONDICIONADO, INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE PREVENÇÃO CONTRA INCENDIO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE APARELHOS E INSTRUMENTOS DE MEDIDA, TESTE E CONTROLE, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MAQUINAS E APARELHO DE REFRIGERAÇÃO, TRANSPORTE RODOVIARIO DE MUDANÇAS.

CLÁUSULA QUINTA – DO INICIO DAS ATIVIDADES E DO PRAZO DE DURAÇÃO

A empresa iniciou suas atividades em 27/08/2015 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA – DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

O exercício social será coincidente com o ano calendário, terminando em 31 de dezembro de cada ano, quando será procedido o levantamento do balanço patrimonial e efetuada a apuração de resultados, em conformidade com as disposições pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da empresa será exercida pelo sócio titular **FREDERICO MARCOLONGO MARCICANO**.

Parágrafo único. O uso do nome empresarial é vedado em atividades estranhas ao interesse da empresa, para assumir obrigações, seja em favor do titular ou de terceiros, bem como para onerar ou alienar bens imóveis da empresa, sem autorização do titular.



CERTIFICO O REGISTRO EM 03/07/2019 14:40 SOB Nº 32600261880.
PROTOCOLO: 192099370 DE 01/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903017427. NIRE: 32600261880.
AQUAFAST DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI

Paulo Cezar Juffo
SECRETÁRIO-GERAL
VITÓRIA, 03/07/2019
www.simplifica.es.gov.br

**TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA EM EMPRESA
INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI
AQUAFAST DISTRIBUIDORA LTDA ME**

CLÁUSULA OITAVA – DA DECLARAÇÃO DO TITULAR

Declaro que não participo de nenhuma outra empresa da modalidade EIRELI.

CLÁUSULA NONA – DA RETIRADA DE PRÓ-LABORE

O sócio titular **FREDERICO MARCOLONGO MARCICANO**, terá direito a uma retirada mensal a título de Pró-Labore, até o limite permitido pela legislação do Imposto de Renda em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FALECIMENTO DO TITULAR

Falecendo ou interditado o titular, a empresa, continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO PARA EXERCÍCIO DA ADMINISTRAÇÃO

O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ABERTURA, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DE FILIAIS

A empresa poderá, a qualquer tempo, abrir, alterar e extinguir filiais e outros estabelecimentos no país ou fora dele, mediante deliberação do titular.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

Fica eleito o foro de CARIACICA-ES para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste instrumento constitutivo.

E, por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento.



CERTIFICO O REGISTRO EM 03/07/2019 14:40 SOB Nº 32600261880.
PROTOCOLO: 192099370 DE 01/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903017427. NIRE: 32600261880.
AQUAFAST DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI

Paulo Cezar Juffo
SECRETÁRIO-GERAL
VITÓRIA, 03/07/2019
www.simplifica.es.gov.br

**TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA EM EMPRESA
INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI
AQUAFAST DISTRIBUIDORA LTDA ME**

FLS.: 17
PROC.: 244/20

CARIACICA-ES, 31 de Maio de 2019.



ROBERTA PONTINI SARTORI



FREDERICO MARCOLONGO MARCICANO



CERTIFICO O REGISTRO EM 03/07/2019 14:40 SOB Nº 32600261880.
PROTOCOLO: 192099370 DE 01/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903017427. NIRE: 32600261880.
AQUAFAST DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI

Paulo Cezar Juffo
SECRETÁRIO-GERAL
VITÓRIA, 03/07/2019
www.simplifica.es.gov.br

5

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
FREDERICO MARCOLONGO MARCICANO

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF

SSP ES

CPF

DATA NASCIMENTO

FLAÇÃO

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.

AB

Nº REGISTRO

VALIDADE

25/08/2021

PHABILITAÇÃO

09/09/1996

OBSERVAÇÕES

FLS. 18

PROC. 244/20

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL

Vitoria-Espirito Santo

DATA EMISSÃO

10/11/2016

Assinado Scheibe Neto
Diretor Geral - Detran ES

ASSINATURA DO EMISSOR

DETRAN - ES (ESPIRITO SANTO)

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
29151-026 - AVENIDA MÁRIO GURGEL, 3700 KM 3.0 ALTO LAGE ES

Extrato de Débitos

Data Emissão 20/02/2020

Crc [REDACTED]
Contribuinte AQUAFAST DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI ME
CNPJ / CPF 23.157.325/0001-88
IE / RG
Endereco 29146-012 - AVENIDA MÁRIO GURGEL, 4063
Bairro CAMPO GRANDE Cidade: CARIACICA Estado: ES

FLS.: 19
PROC.: 244 / 20

Tributo	Exer	Situação	Par	DtVencido	Original	Correção	Juros	Multa	Honorarios	Desconto	TOTAL
Iss Variavel	2020	Normal	1	20/02/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Iss Variavel	2020	Normal	2	20/03/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Iss Variavel	2020	Normal	3	22/04/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Iss Variavel	2020	Normal	4	20/05/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Iss Variavel	2020	Normal	5	22/06/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Iss Variavel	2020	Normal	6	20/07/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Iss Variavel	2020	Normal	7	20/08/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Iss Variavel	2020	Normal	8	21/09/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Iss Variavel	2020	Normal	9	20/10/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Iss Variavel	2020	Normal	10	20/11/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Iss Variavel	2020	Normal	11	21/12/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Iss Variavel	2020	Normal	12	20/01/2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vistoria Anual	2020	Normal	1	15/04/2020	37,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37,38
Vistoria Anual	2020	Normal	2	15/05/2020	37,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37,38
Vistoria Anual	2020	Normal	3	15/06/2020	37,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37,38
Vistoria Anual	2020	Normal	4	15/07/2020	37,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37,38
Vistoria Anual	2020	Normal	5	17/08/2020	37,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37,38
Vistoria Anual	2020	Normal	6	15/09/2020	37,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37,38
Iss Variavel	2019	Normal	11	20/12/2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total					224,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	224,28

Atenção: Este documento não vale como Certidão Negativa I



FL3.: 20
PROC.: 244/20



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: AQUAFAST DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI
CNPJ: 23.157.325/0001-88

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:56:16 do dia 05/11/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/05/2020.

Código de controle da certidão: **0020.5C4A.C990.CABC**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página
para impressão

Voltar

Imprimir

FL3.: 21

PROC.: 244 / 20

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 23.157.325/0001-88**Razão Social:** AQUAFast DISTRIBUIDORA LTDA ME**Endereço:** R SANTA FE 70 / VILA PALESTINA / CARIACICA / ES / 29145-670

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/02/2020 a 12/03/2020**Certificação Número:** 2020021205031549628218

Informação obtida em 13/02/2020 10:19:24

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

FLS.: 22
PROC.: 244/20

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: AQUAFAST DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 23.157.325/0001-88

Certidão nº: 4517389/2020

Expedição: 13/02/2020, às 10:20:06

Validade: 10/08/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **AQUAFAST DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **23.157.325/0001-88**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

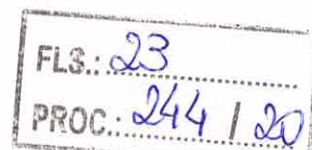
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda



Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2

Certidão Nº 5001264913

Identificação do Requerente: CNPJ Nº 23.157.325/0001-88

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica acima especificado, ficando ressalvada à; Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Certidão emitida em **17/02/2020**, válida até **17/05/2020**.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço **www.sefaz.es.gov.br** ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

Vitória, 17 de Fevereiro de 2020.

Autenticação eletrônica: [REDACTED]

Simple Nacional - Consulta Optantes

FL3.: 24
PROC.: 244 / 20

Data da consulta: 17/02/2020

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ : 23.157.325/0001-88

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial : **AQUAFAST DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional : **Optante pelo Simples Nacional desde 26/08/2015**

Situação no SIMEI: **NÃO optante pelo SIMEI**

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Opções pelo SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Agendamentos (Simples Nacional)

Agendamentos no Simples Nacional: **Não Existem**

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Eventos Futuros no Simples Nacional: **Não Existem**

Eventos Futuros (SIMEI)

Eventos Futuros no SIMEI: **Não Existem**

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO

PROCESSO DE DESPESA

FLS.: 25

PROC.: 244/20

Dados do Processo / Compras

Tipo Proc. : ADM Num. Processo : 2020/000244 Data Entrada : 13/02/2020 Responsável : MARIA
Origem : ADMINISTRAÇÃO Solicitante : 5013
Nome : AQUAFast DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI Nº Projeto : Data Empenho : 13/02/2020
Assunto : DESPESA COM SERVIÇOS
Discriminação : Dispensa de Licitação nº 08/2019 (Art. 24, II Lei 8.666/93) Fornecimento de gás de cozinha para atender as necessidades do CRCES.
Complemento : Valor unitário R\$ 85,00
Valor anual R\$ 680,00
Observação : Previsão de 08 (oito) botijas anual, sendo 05 (cinco) botijas para o ano de 2020 e 03 (três) botija para 2021.

Andamento do Processo

Localização	Remetente	Dt. Envio	Situação	Dt Receb	Resp Recebimento
-------------	-----------	-----------	----------	----------	------------------

Informações Gerais

Solicitamos autorização para realização de despesa, conforme especificado acima.

() Há disponibilidade orçamentária
(X) Não há disponibilidade orçamentária

Despesa autorizada

Solicitante

Maria de Fátima Passaro
Assistente Administrativo
CRC-ES

Contabilidade

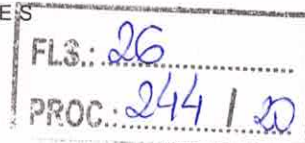
Paulo Henrique Amaral Rody
Contador - CRCES
Chefe do Setor de Contabilidade

Georgede Tadeu Laranjeira
Contador - CRCES
Diretor Executivo

Para o exercício de 2020, a mensalidade R\$ 425,00 de gás, como existe a reserva orçamentária no 7º/2020 de R\$ 150,00, falta R\$ 275,00 de dotação orçamentária que será suprida no próximo crédito adicional.

Paulo Henrique Amaral Rody
Contador - CRCES
Chefe do Setor de Contabilidade

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ES
Sistema de Controle Orçamentário
NOTA DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA



Data : 13.02.2020
Hora : 15:12

Número da Reserva	Ano do Exercício	Data da Reserva	Processo
79	2020	13.01.2020	

Conta de Despesa	Descrição da Conta	Projeto	SubProjeto
6.3.1.3.01.01.020	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	5013-AQUISIÇÃO DE BENS DE	-


Histórico da Reserva	Valor Total da Reserva
RESERVA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA POSSÍVEL RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA PARA O CRCES, A PARTIR DE 07/05/2020.	150,00

Valor por Extenso
Cento e Cinquenta Reais


Dotação Atualizada	Reservas Acumuladas	Valor desta Reserva	Saldo Atual
450,00	300,00	150,00	0,00

Total Executado	Total a Executar	Finalizado
0,00	150,00	NAO

VITÓRIA, 13 de Janeiro de 2020



Maria Cristina Tasso
Presidente
E



Paulo Henrique Amaral Rody
Contador
Chefe do Setor de Contabilidade

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

TERMO DE JUSTIFICATIVA – DISPENSA DE LICITAÇÃO ADM Nº 2020/000244**OBJETO:**

Item	Especificação	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
01	Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (gás de cozinha), acondicionado em cilindro P-13 botijão 13 kg, visando atender as necessidades do CRCES.	08	Unid.	85,00	680,00
Total Geral.....					680,00

FORNECEDOR:**Nome do Fornecedor:** AQUAFAST DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI**Endereço:** Rod. BR 262, 4063, Campo Grande, Cariacica/ES**CEP:** 29142-012 **E-mail:** aquafast@aquafast.net**Tel/Fax:** [REDACTED] **CNPJ:** 23.157.325/0001-88 **Insc. Municipal:****Observações:**

A empresa mantém regularidade com a Dívida Ativa da União e Dívida Ativa do Estado, FGTS e CNDT, conforme art. 29, incisos III, IV e V da Lei 8.666/93.

Enquadramento Legal:

Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, in verbis:

*“Art. 24. É dispensável a licitação:**(...)**II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;”***Justificativa do Preço:**

Menor preço apresentado, conforme mapa de apuração e estimativa de preço [REDACTED]

Vitória/ES, 02 de março de 2020


Contador Jorge Tadeu Laranja
Diretor Executivo CRCES

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

CONTRATO Nº ____/2020- PROCESSO ADM Nº 2020/000244.

Origem: Dispensa de Licitação - art. 24, II, Lei nº 8.666/93.

CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE GÁS DE COZINHA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO - CRCES E A EMPRESA AQUAFAST DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI, CONFORME AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CONTRATANTE: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO – CRCES, Autarquia Federal de Regime Especial, inscrito no CNPJ – sob o n.º 28.163.343/0001-96, com sede à Rua Amélia da Cunha Ornelas, nº 30, Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP: 29.050- 620, doravante denominado CRCES, neste ato representado pela sua Presidente, a Contadora CARLA CRISTINA TASSO, portadora do registro [REDACTED] de acordo com a Ata nº 1609 da Sessão Plenária Extraordinária do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito.

CONTRATADA: AQUAFAST DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 23.157.325/0001-88, estabelecida Rod. BR 262, 4063, Campo Grande, Cariacica/ES, Cep: 29142-012, representada pelo seu proprietário, Senhor FREDERICO MARCOLONGO MARCICANO, portador do CPF (MF) [REDACTED] de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social.

O presente contrato tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado descrito abaixo, **mediante Dispensa de Licitação, na forma do artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93**, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, e demais legislações pertinentes e, ainda, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA:

O presente contrato tem por objeto o fornecimento **sob demanda** de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (gás de cozinha), acondicionado em cilindro P-13 botijão 13 kg, visando atender as necessidades da Sede do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo, conforme descrição detalhada na CLAUSULA SEGUNDA.

1.2 Justifica-se a supracitada contratação visando atender às necessidades do CRCES, no que se refere à preparação de chá/café, que são servidos nas reuniões institucionais e oferecidos diariamente na sede do CRCES aos Profissionais da Contabilidade, Conselheiros e funcionários.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1 A remuneração do serviço contratado será o apresentado na tabela abaixo:

Quadro para apresentação de valores					
Item	Descrição resumida	Unid.	Qtde.	Valor unitário	Valor total
01	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (gás de cozinha), acondicionado em cilindro P-13 botijão 13 kg – Dispositivo de Segurança: Plugue Fusível – Padrão da Válvula: Norma ABNT NBR 8614, com dispositivo de segurança que, de acordo com a Norma, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Fabricado segundo Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Vasilhame não incluso . Valor válido pelo período de 12 (doze) meses.	Unit.	08 recargas	R\$ 85,00	R\$ 680,00

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

2.2 A quantidade estimada para fornecimento poderá variar para mais ou para menos, de acordo com a necessidade do Contratante.

2.3 – O valor total estimado deste contrato é **R\$ 680,00** (seiscentos e oitenta reais), enquadrando-se na hipótese de dispensa de licitação prevista no artigo 24, inciso II da Lei 8.666/1993.

2.4 As despesas decorrentes da contratação, correrão às contas dos recursos: **6.3.1.3.01.01.020 – Gás e outros materiais engarrafados.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 Os pagamentos pelos serviços contratados serão efetuados em até 05 (cinco) dias, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura em 01 (uma) via, devidamente atestada por servidor designado pelo CRCES.

3.2 A Nota Fiscal/Fatura deverá ter o mesmo CNPJ do Contrato, pois, caso haja divergência, impossibilitará sua apropriação e pagamento.

3.3 A Nota Fiscal/Fatura deverá indicar o número da Conta Corrente e Agência Bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária.

3.4 As Notas Fiscais/Faturas que forem apresentadas com erro serão devolvidas à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado, os dias que se passarem entre a dada da devolução e a da reapresentação.

3.5 A CONTRATADA se obriga a manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

3.6 Juntamente com a apresentação da Fatura de cada parcela de pagamento terá a CONTRATADA de apresentar a comprovação mensal de recolhimentos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e à Previdência Social, através de GPS, devidamente autenticada, sob pena de retenção do pagamento devido, consoante o disposto no Art. 31, da Lei nº 8212 de 24/07/91.

3.7 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, comerciais e demais resultantes da execução do contrato, principalmente com a obrigatoriedade de **requerer a exclusão do CRCES das eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados da CONTRATADA, durante a vigência contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante possíveis subcontratados ou quaisquer terceiros interessados.**

3.8 Na hipótese do CRCES vir a ser condenado, solidária ou subsidiariamente, nas ações reclamatórias trabalhistas mencionadas na subcláusula 3.7 e, se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pelo CRCES, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, o CRCES utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a CONTRATADA, com a qual desde já esta expressa sua concordância, com as duas hipóteses previstas nesta subcláusula.

3.9 Atendido ao disposto nos itens anteriores, o CRCES considera como data final do período de adimplemento a data útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento dos serviços, a partir da qual será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, conforme estabelecido no Artigo 9º, do Decreto nº 1.054, de 07 de fevereiro de 1994.

3.10 O pagamento será efetuado observando, ainda, as seguintes condições:

a) O pagamento somente será efetuado mediante a comprovação da regularidade fiscal/previdenciária/trabalhista (Lei 12440/2011) e do FGTS da CONTRATADA;

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

- b) De acordo com o artigo 64 da Lei nº 9430 de 27/12/96, os pagamentos efetuados por Órgãos, Autarquias e Fundações da Administração Pública Federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, **do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social – COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP**;
- c) A tabela de bens e serviços a que se refere o item anterior está à disposição de todos os interessados no site da Receita Federal www.receita.fazenda.gov.br, (IN SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012) e, por ocasião do pagamento, conforme o caso, todos os impostos serão retidos na fonte conforme a legislação vigente;
- d) Além do recebimento/aceite dos produtos e/ou execução dos serviços, a Nota Fiscal deverá ser formulada já constando os impostos que serão retidos, sob pena de devolução para correção, contando-se o prazo para o pagamento a partir do seu recebimento regular (IN SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012);
- e) A CONTRATADA, deverá apresentar juntamente com a Nota/Fatura a Declaração a que se refere o inciso XI, do art. 4º da IN SRF nº 1234, redação dada pela IN RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1 A CONTRATADA deverá entregar os objetos devidamente embalados, sem amassados ou qualquer tipo de avaria, respeitando e responsabilizando-se integralmente pelos produtos ora contratados, com estrita obediência às exigências descritas no Termo de Referência.

4.2 Qualquer material/Objeto que estiver defeituoso/vencido deverá ser trocado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação do problema à CONTRATADA.

4.3 É de responsabilidade da CONTRATADA emitir a nota fiscal, com a descrição detalhada do produto, quantitativo e demais itens, bem como a indicação expressa dos encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte, quando for o caso.

4.4 Credenciar, junto à CONTRATANTE, um representante para prestar esclarecimentos e atender às solicitações e/ou reclamações que porventura surgirem durante a vigência do contrato.

4.5 Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

4.6 Disponibilizar para a contratada um atendimento personalizado e imediato, com fornecimento de números de telefones, e-mail, fax ou outra forma de comunicação para solicitação de serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

5.1 Durante a vigência deste contrato, o fornecimento dos materiais serão acompanhados e fiscalizados por servidor especialmente designado, o qual assumirá a função de Fiscal do Contrato.

5.2 Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução dos objetos contratados, determinando o que for necessário à regularização, procedendo à juntada de documentos relevantes para a comprovação dos fatos.

5.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

5.4 Emitir pedido do produto, ou qualquer outro documento equivalente, com todas as informações necessárias, por intermédio do representante designado pelo setor competente.

5.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

5.6 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto desta contratação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

5.7 Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade constatada na prestação dos serviços ou entrega de materiais.

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

5.8 Controlar todos os Pedidos de Serviço, para posterior conferência com a Nota Fiscal emitida pela contratada.

5.9 A fiscalização realizada pela CONTRATANTE, através de servidor previamente designado, não será motivo para exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA SOLICITAÇÃO, DA FORMA, DO PRAZO E DO LOCAL DA ENTREGA:

6.1 A entrega dos produtos será realizada na sede do Conselho Regional de Contabilidade (CRCES), na Rua Amélia da Cunha Ornelas, nº. 30, Bento Ferreira – Vitória/ES, durante o horário de expediente do órgão (08hrs às 17hrs);

6.2 A prestação de serviços de recarga de botijão, será parcelada, ou seja, solicitada conforme demanda do CONTRATANTE.

6.3 A requisição será realizada por e-mail a ser fornecido pelo CONTRATADO e deverá ser atendida em até 02 (duas) horas, contados do recebimento da requisição.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

7.1 O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, com início em 07/05/2020 e término em 06/05/2021.

7.2 Os preços aqui registrados permanecerão fixos e irredutíveis durante toda a vigência do contrato.

7.3 Na ocorrência de redução dos preços praticados no mercado, o contratado será convocado para negociar, podendo, dessa forma, reduzir o preço estabelecido, a fim de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO:

8.1 A fiscalização dos serviços caberá a empregado formalmente designado, na forma do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

8.2 Das decisões da Fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer à Divisão de Administração, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

8.3 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES:

9.1 Em caso de inexecução total ou parcial deste contrato, a CONTRATADA estará sujeita, garantida prévia defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito.
- b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor total do Contrato e de seus termos aditivos se houverem.
- c) Suspensão do direito de licitar e contratar com o CRCES, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

9.2 As penalidades previstas nos itens "a" e "c" poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem "b", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.3 Pelo atraso injustificado durante a execução do contrato será aplicada multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, contado a partir do segundo dia de atraso sem prévia comunicação por escrito de motivo justificado e aceito pelo CRCES e será calculada sobre o valor total do Contrato e de seus termos aditivos, se houverem. A referida multa será aplicada até que haja a regularidade na execução do contrato.

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

9.4 Ocorrida à inadimplência da multa aplicada pelo CRCES serão adotados os seguintes procedimentos:

- a) A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da CONTRATADA. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a CONTRATADA será convocada para complementação do seu valor.
- b) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela CONTRATADA, esta será convocada a recolher ao Setor Financeiro do CRCES, o valor total da multa, no prazo de dez (10) dias, contados a partir da data do recebimento da comunicação pela CONTRATADA.

9.5 A CONTRATADA cientificada da aplicação da multa terá um prazo de 10 (dez) dias corridos, contado a partir do pagamento da multa, para apresentar recurso ao CRCES. Ouvido o fiscal designado para o acompanhamento do contrato o recurso será encaminhado a Assessoria Jurídica que procederá ao seu exame. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Administração do CRCES, que poderá reaver ou não a multa.

9.6 Em caso de relevação da multa, o CRCES se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações contratuais, não constituindo a relevação, novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

9.7 Caso a Administração mantenha a multa não caberá novo recurso administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO:

10.1 Será de responsabilidade do **CRCES** providenciar, à sua conta, a publicação do extrato do CONTRATO no Diário Oficial do Estado, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme o Parágrafo Único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ALTERAÇÕES:

11.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO:

12.1- Constituem motivos para rescisão deste contrato, durante sua vigência:

- a) o não cumprimento ou o cumprimento irregular, de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) a lentidão do seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade de execução ou conclusão do serviço nos prazos estipulados;
- c) o atraso injustificado no início dos serviços;
- d) a paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- e) a sub-contratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não prevista neste Contrato;
- f) o desatendimento às determinações regulares do funcionário ou preposto do CONTRATANTE designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- g) o cometimento reiterado de falhas na sua execução, observadas as anotações, em registro próprio, de todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, determinado pelo CONTRATANTE o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- h) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- i) a dissolução da sociedade, ou o falecimento do sócio-gerente subscritor do presente contrato mediante cláusula expressa no contrato social;
- j) a alteração social ou a modificação da finalidade ou estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato;

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

- k) razões de interesse público, justificadas e determinadas pelo CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo referente a este Contrato;
- l) a supressão de serviços, por parte do CONTRATANTE, acarretando modificação no valor inicial do contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;
- m) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - A rescisão do presente Contrato, durante sua vigência, poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nas alíneas "a" e seguintes;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- c) judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

13.1 Fica eleito o foro da Justiça Federal de Vitória – Seção Judiciária do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Vitória, ____ de março de 2020.

FREDERICO MARCOLONGO MARCICANO
Proprietário

CARLA CRISTINA TASSO
Presidente do CRCES

TESTEMUNHAS:

1) _____
Nome
CPF nº.

2) _____
Nome
CPF nº.

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

MEMORANDO SGC Nº 12/2020

Vitória, 02 de março de 2020.

De: Setor de Gestão de Contratos

Para: Advogada CRCES

Ref.: Contrato com a empresa AQUAFAST DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI.

Dispensa de Licitação nº 03/2020


Prezada Dra. Carolina Pessoa,

1. Em virtude da necessidade de contratação de empresa especializada em fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (gás de cozinha), acondicionado em cilindro P-13 botijão 13 kg, visando atender as necessidades do CRCES, conforme TR nº 08/2020.

2. Dessa forma, encaminhamos os autos para análise e parecer quanto a regularidade da contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma do Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93, bem como, sugestões e alterações que julgar necessárias no que se refere a devida instrução processual e à minuta do contrato.

3. Com o objetivo de oferecer maior transparência à contratação, encaminhamos os documentos abaixo relacionados para análise e parecer:

- a) Processo ADM 2020/000244;
- b) DFD – Documento de Formalização da Demanda (fl. 02);
- c) Termo de Referência nº 08/2020 (fls. 03/05);
- d) Mapa de Apuração e estimativa de Preços do Mercado (fl. 06);
- e) Orçamentos (fls. 07/13);
- f) Contrato social e Certidões Negativas da Empresa (fls. 14/24);
- g) Consulta orçamentária (fls. 25/26);
- h) Termo de Justificativa Dispensa de Licitação (fls. 27);
- i) Minuta do contrato (fls. 28/30).



JUCIARA BRITO CAMARGO
Setor de Gestão de Contrato

PARECER JURÍDICO Nº 045/2020

Processo: ADM 2020/000244

Interessados: AQUAFAST DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI

Assunto: Fornecimento sob demanda de gás liquefeito de petróleo – GLP (gás de cozinha), acondicionado em cilindro P-13 botijão 13kg, visando atender as necessidades da Sede do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo.

Considerações iniciais

1. Trata-se de processo administrativo de contratação direta, por dispensa de licitação, instaurando em 10/02/2020 para contratação de fornecimento sob demanda de gás liquefeito de petróleo – GLP (gás de cozinha), acondicionado em cilindro P-13 botijão 13kg, visando atender as necessidades da Sede do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo.
2. Com o fim de operacionalizar a contratação, o processo foi encaminhado à Assessoria Jurídica em 02/03/2020 pelo Setor de Gestão de Contratos através do Memorando SGC n.º 12/2020 para análise e emissão de parecer.

Delimitação do Objeto

3. As orientações jurídicas nas contratações diretas por dispensa e inexigibilidade de licitação da Assessoria Jurídica, no exercício de sua competência consultiva, possuem caráter somente opinativo, restritas aos aspectos jurídicos da contratação, em especial do instrumento de contrato, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993, recaindo exclusivamente sobre os agentes públicos competentes a responsabilidade pela regularidade dos atos do procedimento, pela veracidade das informações e justificativas postas nos autos, em especial quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante, pelo enquadramento da situação fática à hipótese legal de contratação direta e pelas demais providências orçamentárias.

Análise Jurídica

4. No presente caso o Setor de Compras do CRCES, requisitante, pretende a formalização de contrato administrativo em razão de contratação direta com fundamento no art. 24, II, da Lei n.º 8.666/93.

5. Desse modo, em apreço ao princípio da segregação de funções¹, presumindo-se a regularidade dos atos do procedimento, veracidade das informações e justificativas postas nos autos, em especial quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante, pelo enquadramento da situação fática à hipótese legal de contratação direta e pelas demais providências orçamentárias, passa-se a análise da minuta, em estrito cumprimento art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

6. Conforme estabelece o art. 55 da Lei n.º 8.666/93, são cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
- V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
- VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
- VIII - os casos de rescisão;
- IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
- X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
- XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
- XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7. Da análise da minuta de fls. 28/30-verso verifica-se que se trata de instrumento reiteradamente utilizado neste Regional para aquisição de bens de consumo, nos quais há a delimitação do objeto, forma que se dará a entrega do bem, preço, condições de pagamento, obrigações da Contratante e da Contratada, vedação de subcontratação, sanções administrativas, prazo de vigência e vedação de reajuste durante a vigência e hipóteses de rescisão, observando, assim, os elementos necessários descritos no art. 55 da Lei n.º 8.666/93.

¹ Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRC (2007, p. 109): "princípio básico do sistema de controle interno que consiste na separação de funções, nomeadamente de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações."

8. Quanto aos demais elementos obrigatórios, em linhas gerais, a minuta reúne os requisitos necessários no sentido de resguardar os interesses da Administração, notadamente os estabelecidos na Lei nº 8.666/93.

9. Registro, por fim, que deve a Administração apresentar a justificativa para a contratação direta, bem como se certificar de que o CRCES não realizou, nem pretende realizar, neste exercício financeiro, contratações do mesmo objeto ou de objeto de natureza similar que, somados, ultrapassem o limite máximo legal, sob pena de configuração de fracionamento ou parcelamento.

Conclusão

10. Diante de tais apontamentos de direito opino pela regularidade jurídica do instrumento contratual, nos termos dos arts. 54 e seguintes da Lei n.º 8.666/93, cabendo:

- a. atualização das condições de habilitação jurídica da Contratada, para verificar se ainda se mantém qualificada, especialmente ante ao tempo decorrido entre a formalização do processo e a emissão do parecer;
- b. alteração das de início e término da vigência.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Vitória/ES, 30 de junho de 2020.

Leonardo Gonoring Gonçalves Simon
Coordenador Jurídico CRCES
OAB/ES

SERPRO
Assinado digitalmente por:
LEONARDO GONORING GONCALVES SIMON
CPF/CNPJ: [REDACTED] Assinado em:
30/06/2020
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço:
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO E S
Sistema de Controle Orçamentário
NOTA DE EMPENHO

FLS.: 34
PROC.: 244 / 20
Data: 19/03/2020
Hora: 13:09

Nº Empenho	Data do Empenho	Tipo do Empenho	Processo	Nº. Reserva	Exercício		
214	19.03.2020	ESTIMATIVA	2020/000244	79	2020		
Conta de Despesa	Descrição da Conta		Projeto	SubProjeto			
6.3.1.3.01.01.020	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		5013 - AQUISIÇÃO DE BENS DE CONSUMO				
Número do Evento	Descrição do Evento						
10004	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS						
Dados da Modalidade (Fundamentação Legal)							
Modalidade	Complemento		Número	Núm. Controle			
Dispensa de Licitação	Lei 8666/93, art. 24		2020/000244	0			
Favorecido							
Nome	: AQUAFast DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI		CNPJ / CPF	: 23.157.325/0001-88			
Endereço	: ROD BR 262, 4063		Bairro	: CAMPO GRANDE			
CEP	: 29146-012	Cidade	: CARIACICA	UF	: ES		
Banco	:	Agência	:	Conta	:		
Histórico do Empenho			Qtde Parcelas	Valor Unitário	Valor Total Empenhado		
AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA PARA O CRCES.			999	R\$ 425,00	R\$ 425,00		
Valor por Extenso							
Quatrocentos e Vinte e Cinco Reais							
Dotação Orçamentária	Empenhos Acumulados		Valor deste Empenho		Saldo Atual		
R\$ 725,00	R\$ 300,00		R\$ 425,00		R\$ 0,00		

VITÓRIA, 19 de Março de 2020

Carla Cristina Tasso
Presidente
ES

Paulo Henrique Amaral Rody
Contador - CRCES
Chefe do Setor de Contabilidade



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

FLS.: 35
PROC.: 244/20

Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2

Certidão Nº 20200000267716

Identificação do Requerente: CNPJ Nº 23.157.325/0001-88

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica acima especificado, ficando ressalvada à Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Certidão emitida em 21/07/2020, válida até 19/10/2020.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço www.sefaz.es.gov.br ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

Vitória, 21/07/2020.

Autenticação eletrônica: [assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

29151-026 - AVENIDA MÁRIO GURGEL, 3700 KM 3.0 ALTO LAGE CARIACICA ES

FLS.: 36

PROC.: 244 / 20

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Número 367667/2020

Data Geração: 21/07/2020

Data Validade: 21/11/2020

Certificamos que não constam em nome do sujeito passivo identificado, nesta data, débitos com a Fazenda Pública Municipal, inscritos ou não em dívida ativa, ressalvando o direito do município de cobrar quaisquer débito que vierem a ser conhecidos e apurados após a expedição desta certidão, incluindo aqueles cujo montante seja inferior a R\$ 10,00, conforme disposto no art. 318, parágrafo único da LC 027/2009.

Identificação

Crc 291807

CCM 130786

Contribuinte AQUAFAST DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI ME

CNPJ / CPF 23.157.325/0001-88

IE / RG

Endereço 29146-012 - AVENIDA MÁRIO GURGEL, 4063

Bairro CAMPO GRANDE Cidade: CARIACICA Estado: ES

Data Emissão: 21/07/2020

Tanto a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página da Internet:

<https://www.cariacica.es.gov.br>

Número: 367667/2020

Inscrição: 291807

ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emenda **INVALIDARÁ** este documento.

Certidão Emitida Gratuitamente



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

FLS.: 37	Página 1 de 1
PROC.: 244	120

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: AQUAFAST DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 23.157.325/0001-88
Certidão nº: 16549098/2020
Expedição: 21/07/2020, às 09:59:08
Validade: 16/01/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **AQUAFAST DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 23.157.325/0001-88, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Voltar

Imprimir

FLS.: 38

PROC.: 244 120

**Certificado de Regularidade do FGTS -
CRF**

Inscrição: 23.157.325/0001-88
Razão Social: AQUAFAST DISTRIBUIDORA LTDA ME
Endereço: R SANTA FE 70 / VILA PALESTINA / CARIACICA / ES / 29145-670

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/07/2020 a 07/08/2020

Certificação Número: 2020070910510830219286

Informação obtida em 21/07/2020 09:54:16

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

FLS.: 39
PROC.: 244/20

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: AQUAFast DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI
CNPJ: 23.157.325/0001-88

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:56:16 do dia 05/11/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/05/2020.

Código de controle da certidão: **0020.5C4A.C990.CABC**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.


BRASIL
(HTTPS://GOV.BR)

FLS.: 40
PROC.: 244 / 20

Relação das certidões emitidas por data de emissão

CNPJ: 23.157.325/0001-88 - AQUAFast DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI

Período: 04/11/2019 a 20/07/2020

Código de controle	Tipo	Data-Hora emissão	Data de validade	Situação	Informações complementares	Segunda via
0020.5C4A.C990.CABC	Positiva com efeitos de negativa	05/11/2019 09:56:16	03/05/2020	Válida Prorrogada até 31/08/2020		 /MXwyMzE1NzMyNTAwV

« « 1 » »

Válida Prorrogada: O prazo de validade desta certidão foi prorrogado pela Portaria Conjunta nº 555/2020 (DOU 24/03/2020) e/ou Portaria Conjunta nº 1.178/2020 (DOU 14/07/2020).

Nova consulta (/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar)



Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

CONTRATO Nº 18/2020 - PROCESSO ADM Nº 2020/000244.**Origem: Dispensa de Licitação - art. 24, II, Lei nº 8.666/93.**

CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE GÁS DE COZINHA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO - CRCES E A EMPRESA AQUAFAST DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI, CONFORME AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CONTRATANTE: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO – CRCES, Autarquia Federal de Regime Especial, inscrito no CNPJ – sob o n.º 28.163.343/0001-96, com sede à Rua Amélia da Cunha Ornelas, nº 30, Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP: 29.050- 620, doravante denominado CRCES, neste ato representado pela sua Presidente, a Contadora CARLA CRISTINA TASSO, portadora do registro [REDACTED], de acordo com a Ata nº 1609 da Sessão Plenária Extraordinária do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito.

CONTRATADA: AQUAFAST DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 23.157.325/0001-88, estabelecida Rod. BR 262, nº 4063, Campo Grande, Cariacica/ES, CEP: 29142-012, representada pelo seu Sócio Titular, Senhor FREDERICO MARCOLONGO MARCICANO, portador do CPF (MF) [REDACTED] e RG nº [REDACTED], de acordo com o contrato social.

O presente contrato tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado descrito abaixo, **mediante Dispensa de Licitação, na forma do artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93,** da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, e demais legislações pertinentes e, ainda, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA:

O presente contrato tem por objeto o fornecimento **sob demanda** de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (gás de cozinha), acondicionado em cilindro P-13 botijão 13 kg, visando atender as necessidades da Sede do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo, conforme descrição detalhada na CLAUSULA SEGUNDA.

1.2 Justifica-se a supracitada contratação visando atender às necessidades do CRCES, no que se refere à preparação de chá/café, que são servidos nas reuniões institucionais e oferecidos diariamente na sede do CRCES aos Profissionais da Contabilidade, Conselheiros e funcionários.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1 A remuneração do serviço contratado será o apresentado na tabela abaixo:

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

Quadro para apresentação de valores					
Item	Descrição resumida	Unid.	Qtde.	Valor Unitário	Valor total
01	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (gás de cozinha), acondicionado em cilindro P-13 botijão 13 kg – Dispositivo de Segurança: Plugue Fusível – Padrão da Válvula: Norma ABNT NBR 8614, com dispositivo de segurança que, de acordo com a Norma, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Fabricado segundo Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Vasilhame não incluso. Valor válido pelo período de 12 (doze) meses.	Unit.	08 recargas	R\$ 85,00	R\$ 680,00

2.2 A quantidade estimada para fornecimento poderá variar para mais ou para menos, de acordo com a necessidade do Contratante.

2.3 O valor total estimado deste contrato é **R\$ 680,00** (seiscentos e oitenta reais), enquadrando-se na hipótese de dispensa de licitação prevista no artigo 24, inciso II da Lei 8.666/1993.

2.4 As despesas decorrentes da contratação, correrão às contas dos recursos: **6.3.1.3.01.01.020 – Gás e outros materiais engarrafados.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 Os pagamentos pelos serviços contratados serão efetuados em até 05 (cinco) dias, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura em 01 (uma) via, devidamente atestada por servidor designado pelo CRCES.

3.2 A Nota Fiscal/Fatura deverá ter o mesmo CNPJ do Contrato, pois, caso haja divergência, impossibilitará sua apropriação e pagamento.

3.3 A Nota Fiscal/Fatura deverá indicar o número da Conta Corrente e Agência Bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária.

3.4 As Notas Fiscais/Faturas que forem apresentadas com erro serão devolvidas à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado, os dias que se passarem entre a dada da devolução e a da reapresentação.

3.5 A CONTRATADA se obriga a manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

3.6 Juntamente com a apresentação da Fatura de cada parcela de pagamento terá a CONTRATADA de apresentar a comprovação mensal de recolhimentos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e à Previdência Social, através de GPS, devidamente autenticada, sob pena de retenção do pagamento devido, consoante o disposto no Art. 31, da Lei nº 8212 de 24/07/91.

3.7 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, comerciais e demais resultantes da execução do contrato, principalmente com a obrigatoriedade de requerer a exclusão do CRCES das eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados da CONTRATADA, durante a vigência contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante possíveis subcontratados ou quaisquer terceiros interessados.

3.8 Na hipótese do CRCES vir a ser condenado, solidária ou subsidiariamente, nas ações reclamatórias trabalhistas mencionadas na subcláusula 3.7 e, se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pelo CRCES, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, o CRCES utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a CONTRATADA, com a qual desde já esta expressa sua concordância, com as duas hipóteses previstas nesta subcláusula.

3.9 Atendido ao disposto nos itens anteriores, o CRCES considera como data final do período de adimplemento a data útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento dos serviços, a partir da qual será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, conforme estabelecido no Artigo 9º, do Decreto nº 1.054, de 07 de fevereiro de 1994.

3.10 O pagamento será efetuado observando, ainda, as seguintes condições:

- O pagamento somente será efetuado mediante a comprovação da regularidade fiscal/previdenciária/trabalhista (Lei 12440/2011) e do FGTS da CONTRATADA;
- De acordo com o artigo 64 da Lei nº 9430 de 27/12/96, os pagamentos efetuados por Órgãos, Autarquias e Fundações da Administração Pública Federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social – COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP;
- A tabela de bens e serviços a que se refere o item anterior está à disposição de todos os interessados no site da Receita Federal www.receita.fazenda.gov.br, (IN SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012) e, por ocasião do pagamento, conforme o caso, todos os impostos serão retidos na fonte conforme a legislação vigente;
- Além do recebimento/aceite dos produtos e/ou execução dos serviços, a Nota Fiscal deverá ser formulada já constando os impostos que serão retidos, sob pena de devolução para correção, contando-se o prazo para o pagamento a partir do seu recebimento regular (IN SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012);
- A CONTRATADA, deverá apresentar juntamente com a Nota/Fatura a Declaração a que se refere o inciso XI, do art. 4º da IN SRF nº 1234, redação dada pela IN RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012.

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1 A CONTRATADA deverá entregar os objetos devidamente sem amassados ou qualquer tipo de avaria, respeitando e responsabilizando-se integralmente pelos produtos ora contratados, com estrita obediência às exigências descritas no Termo de Referência.

4.2 Qualquer material/Objeto que estiver defeituoso/vencido deverá ser trocado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação do problema à CONTRATADA.

4.3 É de responsabilidade da CONTRATADA emitir a nota fiscal, com a descrição detalhada do produto, quantitativo e demais itens, bem como a indicação expressa dos encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte, quando for o caso.

4.4 Credenciar, junto à CONTRATANTE, um representante para prestar esclarecimentos e atender às solicitações e/ou reclamações que porventura surgirem durante a vigência do contrato.

4.5 Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

4.6 Disponibilizar para a contratada um atendimento personalizado e imediato, com fornecimento de números de telefones, e-mail, fax ou outra forma de comunicação para solicitação de serviços.

4

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

5.1 Durante a vigência deste contrato, o fornecimento dos materiais serão acompanhados e fiscalizados por servidor especialmente designado, o qual assumirá a função de Fiscal do Contrato.

5.2 Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução dos objetos contratados, determinando o que for necessário à regularização, procedendo à juntada de documentos relevantes para a comprovação dos fatos.

5.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

5.4 Emitir pedido do produto, ou qualquer outro documento equivalente, com todas as informações necessárias, por intermédio do representante designado pelo setor competente.

5.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

5.6 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto desta contratação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

5.7 Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade constatada na prestação dos serviços ou entrega de materiais.

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

5.8 Controlar todos os Pedidos de Serviço, para posterior conferência com a Nota Fiscal emitida pela contratada.

5.9 A fiscalização realizada pela CONTRATANTE, através de servidor previamente designado, não será motivo para exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA SOLICITAÇÃO, DA FORMA, DO PRAZO E DO LOCAL DA ENTREGA:

6.1 A entrega dos produtos será realizada na sede do Conselho Regional de Contabilidade (CRCES), na Rua Amélia da Cunha Ornelas, nº. 30, Bento Ferreira – Vitória/ES, durante o horário de expediente do órgão (08hrs às 17hrs);

6.2 A prestação de serviços de recarga de botijão, será parcelada, ou seja, solicitada conforme demanda do CONTRATANTE.

6.3 A requisição será realizada por **e-mail** a ser fornecido pelo CONTRATADO e deverá ser atendida em até **02 (duas) horas**, contados do recebimento da requisição.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

7.1 O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, com início em 21/07/2020 e término em 20/07/2021.

7.2 Os preços aqui registrados permanecerão fixos e irrevogáveis durante toda a vigência do contrato.

7.3 Na ocorrência de redução dos preços praticados no mercado, o contratado será convocado para negociar, podendo, dessa forma, reduzir o preço estabelecido, a fim de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO:

8.1 A fiscalização dos serviços caberá a empregado formalmente designado, na forma do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

8.2 Das decisões da Fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer à Divisão de Administração, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

8.3 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES:

9.1 Em caso de inexecução total ou parcial deste contrato, a CONTRATADA estará sujeita, garantida prévia defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito.
- b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor total do Contrato e de seus termos aditivos se houverem.
- c) Suspensão do direito de licitar e contratar com o CRCES, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

9.2 As penalidades previstas nos itens "a" e "c" poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem "b", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9.3 Pelo atraso injustificado durante a execução do contrato será aplicada multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, contado a partir do segundo dia de atraso sem prévia comunicação por escrito de motivo justificado e aceito pelo CRCES e será calculada sobre o valor total do Contrato e de seus termos aditivos, se houverem. A referida multa será aplicada até que haja a regularidade na execução do contrato.

9.4 Ocorrida à inadimplência da multa aplicada pelo CRCES serão adotados os seguintes procedimentos:

- a) A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da CONTRATADA. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a CONTRATADA será convocada para complementação do seu valor.
- b) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela CONTRATADA, esta será convocada a recolher ao Setor Financeiro do CRCES, o valor total da multa, no prazo de dez (10) dias, contados a partir da data do recebimento da comunicação pela CONTRATADA.

9.5 A CONTRATADA cientificada da aplicação da multa terá um prazo de 10 (dez) dias corridos, contado a partir do pagamento da multa, para apresentar recurso ao CRCES. Ouvido o fiscal designado para o acompanhamento do contrato o recurso será encaminhado a Assessoria Jurídica que procederá ao seu exame. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Administração do CRCES, que poderá rejeitar ou não a multa.

9.6 Em caso de relevação da multa, o CRCES se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações contratuais, não constituindo a relevação, novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

9.7 Caso a Administração mantenha a multa não caberá novo recurso administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO:

10.1 Será de responsabilidade do **CONTRATANTE** providenciar à sua conta, a publicação do extrato deste instrumento contratual no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme o Parágrafo Único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores.

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ALTERAÇÕES:

11.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO:

12.1- Constituem motivos para rescisão deste contrato, durante sua vigência:

- a) o não cumprimento ou o cumprimento irregular, de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) a lentidão do seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade de execução ou conclusão do serviço nos prazos estipulados;
- c) o atraso injustificado no início dos serviços;
- d) a paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- e) a sub-contratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não prevista neste Contrato;
- f) o desatendimento às determinações regulares do funcionário ou preposto do CONTRATANTE designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- g) o cometimento reiterado de falhas na sua execução, observadas as anotações, em registro próprio, de todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, determinado pelo CONTRATANTE o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- h) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- i) a dissolução da sociedade, ou o falecimento do sócio-gerente subscritor do presente contrato mediante cláusula expressa no contrato social;
- j) a alteração social ou a modificação da finalidade ou estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato;
- k) razões de interesse público, justificadas e determinadas pelo CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo referente a este Contrato;
- l) a supressão de serviços, por parte do CONTRATANTE, acarretando modificação no valor inicial do contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;
- m) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - A rescisão do presente Contrato, durante sua vigência, poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nas alíneas "a" e seguintes;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

c) judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

13.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal de Vitória – Seção Judiciária do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Vitória, 21 de julho de 2020.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO

Contadora Cristiana Tasso

Presidente

AQUAFAST DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI

Frederico Marcolongo Marcicano

Sócio Titular

8

TESTEMUNHAS:

1)

Nome
CPF nº

Leandra Machado
Assistente Administrativo
CRCES

2)

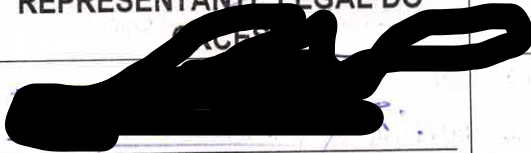
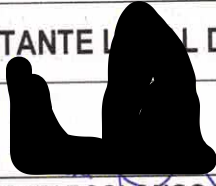
Nome
CPF nº

Maria da Conceição
Assistente Administrativo
CRC-ES

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

FLS.: 45
PRO: 003/2020 120

DATA: 21/07/2020

REFERÊNCIAS		REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL		
Processo: 2020/000244		SOB DEMANDA		
Dispensa de Licitação: nº 03/2020				
Contrato: nº 18/2020				
OBJETO				
Contratação de empresa (s) especializada (s) para fornecimento sob demanda de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (gás de cozinha), acondicionado em cilindro P-13 botijão 13 kg, visando atender as necessidades da Sede do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo, conforme as quantidades, especificações, obrigações e demais condições expressas no Termo de Referência.				
VALOR (R\$)		PRAZO DE ENTREGA	PERÍODO DE VIGÊNCIA	
VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	HORAS	INÍCIO	TÉRMINO
R\$ 85,00	R\$ 680,00	Em até 02 (duas) horas , contados do recebimento da requisição, que será feita por e-mail Institucional.	21/07/2020	20/07/2021
FORMA DE PAGAMENTO				
O pagamento pelo fornecimento será efetuado em até 05 (cinco) dias, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura em 01 (uma) via, devidamente atestada por servidor designado pelo CRCES.				
RECURSOS FINANCEIROS				
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da dotação: 6.3.1.3.01.01.020 – Gás e outros materiais engarrafados.				
ENDEREÇO PARA ENTREGA DO MATERIAL				
Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620 Fone: (27) 3232-1600 E-mail: kenia.silva@crc-es.org.br				
HORÁRIO PARA ENTREGA				
Segunda a sexta-feira das 08h às 17 horas.				
AUTORIZAÇÃO				
Fica a empresa AQUAFast DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI, inscrita no CNPJ 23.157.325/0001-88, representada pelo Sr. Frederico Marcolongo Marcicano, AUTORIZADA a fornecer os produtos caracterizados nesta AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, ficando sujeita, no que couber, às normas e condições estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação pertinente.				
REPRESENTANTE LEGAL DO		REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA		
				
JORGE TADEU LARANJA Diretor Executivo		FREDERICO MARCOLONGO MARCICANO Sócio Titular		

Ilmo. Sr.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO – CRCES

A Aquafast Distritribuidora Ltda ME com sede na BR-262, nº 4063 – Campo Grande, Cariacica-ES, inscrita no CNPJ sob o nº 23.157.325/0001-88 DECLARA à CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO – **CRCES**, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

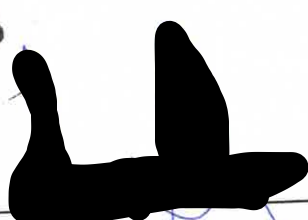
I - preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Cariacica, 27 de julho de 2020

23.157.325/0001-88
AQUAFAST DISTRIBUIDORA
LTDA-ME
BR 262, Nº 4063
Campo Grande, Cariacica - ES
CEP: 29146-012


AQUAFAST DISTRIBUIDORA LTDA ME
Representante legal: Frederico Marcolongo Marcicano
CM: _____ ES
CPF: _____

Objeto: Serviços continuados de dedetização e desinsetização da sede do Conselho Federal de Psicologia.
Valor global: R\$ 1.280,00.
Vigência: 12 meses (01/08/2020 a 31/07/2021).
Data de Assinatura: 24 de julho de 2020.

CONSELHO FEDERAL DE QUÍMICA**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2020**

Nº Processo: 30/2020.

Objeto: Contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação fornecedora de Software como Serviço (SaaS) de Departamento de Pessoal e de Recursos Humanos, conforme especificações e condições estabelecidas neste instrumento, no Edital e seus anexos disponíveis no site www.comprasnet.gov.br e www.cfc.org.br. Total de Itens Licitados: 06. Edital: 30/07/2020 das 09h00 às 17h00. Entrega das Propostas: a partir de 30/07/2020 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das propostas: 11/08/2020 às 10h no site www.comprasnet.gov.br. Endereço: SCS, Q. 09, Bl. A, Torre B, 9º andar, sl. 901/905 - Ed. Parque Cidade Corporate - Asa Sul - Brasília/DF - CEP 70.308-200.

JOSÉ DE RIBAMAR OLIVEIRA FILHO
Presidente

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO AMAPÁ**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Espécie: Termo aditivo nº 04 do contrato nº 05/2017. CONTRATANTE: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amapá - CAU/AP. CONTRATADA: Brasileiros Assessoria e Consultoria Contábil Ltda, CNPJ nº 24.383.751/0001-00. OBJETO: Pelo presente termo aditivo, fica prorrogado o contrato por 12 meses, de 11/08/2020 a 11/08/2021, mantido o valor mensal de R\$ 3.776,65 e valor anual de R\$ 45.319,80. DATA DA ASSINATURA: 21/07/2020. Assinam César Augusto Batista Baleiro e Rômulo Brasileiro de Sousa pela CONTRATADA.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MINAS GERAIS**EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2020**

Processo Administrativo nº 0030/2020 - Dispensa Licitação nº 024/2020. Contratante: CAU/MG. Contratada: LM MANUTENÇÕES DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. CNPJ: 08.116.556/0001-50. Objeto: Prestação de prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ar condicionado da sede do CAU/MG. Vigência: 14/07/2020 a 13/07/2021. Dotação Orçamentária: 6.2.2.1.1.01.04.04.028. Valor global: R\$6.178,68. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo Administrativo nº 0035/2013 - Dispensa Licitação nº 025/2013. Contratante: CAU/MG. Contratada: ROBSON SEVERINO SILVA. CPF: 644.798.036-53. Dotação Orçamentária: 6.2.2.1.1.01.04.04.010. Objeto: Sexto termo aditivo ao contrato de prestação de serviços de locação de imóvel para o escritório descentralizado de Montes Claros/MG. Vigência: 14/07/2020 a 13/07/2021. Valor global anual: R\$28.104,00. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo Administrativo nº 0035/2017 - Pregão Eletrônico nº 005/2017. Contratante: CAU/MG. Contratada: VERSA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA. CNPJ: 15.772.746/0001-90. Objeto: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de locação de veículo automotor. Vigência: 28/07/2020 a 27/07/2021. Valor global anual: R\$14.868,00. Dotação Orçamentária: 6.2.2.1.1.01.04.04.013. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DE CARTA CONTRATO Nº 2/2020

Processo Administrativo nº 0034/2020 - Dispensa Licitação nº 027/2020. Contratante: CAU/MG. Contratada: R SILVEIRA ESTACIONAMENTOS (MEGAPARK). CNPJ 34.625.412/0001-39. Objeto: Locação de vaga de estacionamento para o veículo oficial do CAU/MG, Mercedes Benz Sprinter 415-CDI. Vigência: 30/07/2020 a 29/10/2020. Valor global anual: R\$947,37. Dotação Orçamentária: 6.2.2.1.1.01.04.04.013. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA**AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO Nº 1/2020**

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U. de 22/07/2020 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos de informática 3 (três servidores), visando atender às necessidades do CRA-BA, de acordo com os termos e especificações do edital do Pregão Eletrônico 01/2020. Total de Itens Licitados: 00002 Novo Edital: 30/07/2020 das 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h59. Endereço: Av. Tancredo Neves, 999-ed. Metropolitano Alfra, Sit. Caminho Das Árvores - SALVADOR - BA. Entrega das Propostas: a partir de 30/07/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 11/08/2020, às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

MÁRIO AUGUSTO BEHRENS FREIRE
Pregoeiro

(SIDEAC - 29/07/2020) 389136-00001-20Z0NE000247

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE GOIÁS**EXTRATO DE CONVÊNIO**

Contratante: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE GOIÁS. Objeto: Convênio de benefícios para inscritos no CRA-GO. Contratado: DAYLE KATHE DO NASCIMENTO CASTRO FRANCO. Valor do Convênio: R\$ 0,00 (Zero). Vigência do Contrato: 12 (doze) meses. Data de Assinatura: 23/07/2020. Contratado: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL IBERO-AMERICANO. Valor do Convênio: R\$ 0,00 (Zero). Vigência do Contrato: 12 (doze) meses. Data de Assinatura: 21/07/2020

**CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO
DO RIO GRANDE DO SUL****EXTRATO DE CONTRATO**

PROCESSO nº 2020/007323 - Termo de Contrato. Empresa: Vanguarda Sistemas Estruturais Abertos Engenharia S/S. Objeto: Contratação de Empresa para elaboração de projeto estrutural das obras da Sede do CRA-RS, compreendendo o 5º pavimento do prédio da Sede do CRA-RS e a sala de convivência. Prazo: vigência de 30 de junho de 2020 a 30 de julho de 2020. Valor: R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais). Base Legal: Art. 24, inciso I e II da Lei 8.666/93 e suas alterações e MP nº 961/2020, inciso I alínea a.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

PROCESSO nº 108/2017 - Aditamento Contratual. Empresa: Instituto de Estudos de Protesto do Rio Grande do Sul - IEPRO. Objeto: Prorrogação de prazo por 12 (doze) meses. Prazo: vigência de 23 de junho de 2020 a 22 de junho de 2021. Base Legal: Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações.

PROCESSO nº 118/2016 - Aditamento Contratual. Empresa: Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S/A. Objeto: Prorrogação de prazo por 12 (doze) meses. Prazo: vigência de 27 de julho de 2020 a 26 de julho de 2021. Base Legal: Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações.

PROCESSO nº 019/2017 - Aditamento Contratual. Empresa: Telefônica Brasil S/A. Objeto: Prorrogação de prazo por 12 (doze) meses. Prazo: vigência de 15 de março de 2020 a 14 de março de 2021. Base Legal: Art. 57, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações.

PROCESSO nº 422/2017 - Aditamento Contratual. Empresa: PSO Serviços e Manutenção LTDA. Objeto: Prorrogação de prazo por 12 (doze) meses e Reequilíbrio financeiro. Valor: R\$ 22.014,27 (vinte e dois mil, quatorze reais e vinte e sete centavos). Prazo: Vigência de 02 de maio de 2020 a 01 de maio de 2021. Base Legal: Art. 57 e Art. 65, § 6º da Lei 8.666/93 e suas alterações.

PROCESSO nº 075/2019 - Aditamento Contratual. Empresa: Elevadores Alcer. Objeto: Prorrogação de prazo por 06 (seis) meses e de reajuste de 6,83% (seis vírgula oitenta e três por cento). Prazo: Vigência de 12 de abril de 2020 a 11 de outubro de 2020. Valor: R\$ 267,10 (duzentos e sessenta e sete reais com dez centavos). Base Legal: Art. 57, inciso II e Art. 65, § 6º da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Espécie: 2º Aditivo ao Contrato nº 007/2018 firmado entre o Conselho Regional de Administração de São Paulo, CNPJ: 43.060.078/0001-04 e a EMPRESA PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ: 05.340.639/0001-30. Objeto: gerenciamento informatizado de combustível. Vigência do aditivo de contrato: 13/08/2020 a 12/08/2021. Valor estimado mensal: R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Valor estimado anual: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais). Data de assinatura do aditivo: 27 de julho de 2020.

CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA - 9ª REGIÃO**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO**

O Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia 9ª Região no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução CFB n. 202/2018 e a legislação vigente, considerando o resultado da eleição extraordinária realizada no dia 28 de julho de 2020, observados e cumpridos os prazos de divulgação pública e recebimento de recursos previstos na legislação, homologa o resultado de eleição dos seguintes bibliotecários para compor o Plenário do Conselho Regional de Biblioteconomia 9ª Região da Gestão 2018-2020: Eliane Maria da Silva Jovanovich, CRB-9/1250; José Guterres Carminatti, CRB-9/1899; Nilson Tibúrcio da Silva, CRB-9/1750; Maria do Amparo Cardoso Domingues, CRB-9/1449; Maria Lucia Cazarin Beserra Madruga, CRB-9/952; Romciria Rodrigues de Matos, CRB-9/978.

Curitiba, 28 de julho de 2020.
ADRIANO LOPES

CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA DA 2ª REGIÃO**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Processo nº 001/2020 Chamamento Público CRBM2

O Presidente do CRBM2, no uso de suas atribuições legais e institucionais, em atenção à orientação do processo TC 016.868/2020-0, da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog do Tribunal de Contas da União, dá conhecimento ao público do intento deste Regional em adquirir imóvel para sede própria, no formato do Termo de Referência disponível em sua sede para consulta. Os interessados em conhecer e apresentar proposta devem procurar a sede do CRBM2 em horário comercial, em até 05 dias a contar desta publicação.

Recife-PE, 28 de julho de 2020.
DIAIR DE LIMA FERREIRA JUNIOR

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

Contrato nº 18/2020 - Dispensa de Licitação 03/2020. Contratante: CRCES. Contratada: AQUAFAST Distribuidora de Bebidas Elreli CNPJ: 23.157.325/0001-88. Objeto: Fornecimento sob demanda de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (gás de cozinha), acondicionado em cilindro P-13 botijão 13 kg, visando atender às necessidades da Sede do CRCES. Vigência: 21/07/2020 a 20/07/2021. Valor: R\$ 680,00 - Conta contábil: 6.3.1.3.01.01.020 - Gás e outros materiais engarrafados.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 07/2018 entre o CRCES e a ACADEMIA CAPIXABA CIÊNCIAS CONTÁBEIS - CNPJ: 30.273.458/0001-85. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência pelo período de 2 (dois) anos, com início em 14/11/2020 e término em 13/11/2022.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 2/2020

O Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo - CRCES comunica que, entre os dias 10 e 19 de agosto de 2020, estará aberto o prazo para inscrição de Contadores e/ou Técnicos em Contabilidade com registro ativo e regular no CRCES, interessados em habilitar-se para o exercício da função honorífica de Delegado representante do CRCES no município abaixo indicado, para o mandato de 4 (quatro) anos, conforme condições e requisitos especificados na Resolução CRCES nº 417/2020.

A vaga para Delegado representante do CRCES encontra-se no seguinte Município de atuação: Linhares.

O pedido de inscrição, conforme modelo constante no Anexo IV da Resolução CRCES nº 417/2020, deverá ser encaminhado, via e-mail, ao endereço comunicacao@crc-es.org.br, juntamente com o currículo vitae e a Declaração de preenchimento de requisitos, de acordo com o modelo a que se refere o Anexo III da Resolução CRCES nº 417/2020, assinado com certificação digital.

Outras informações e/ou esclarecimentos poderão ser obtidos via endereço eletrônico acima indicado ou no site eletrônico do CRCES: www.crc-es.org.br

CARLA CRISTINA TASSO
Presidente



PORTARIA CRCES Nº 115, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

Nomeia gestor e fiscais do Contrato firmado entre o Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo e a empresa AQUAFAST DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI

A **Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo**, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração, especialmente designado;

Considerando o disposto nos artigos nºs 44 a 50 e respectivos Anexos da Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

Considerando o entendimento do Tribunal de Contas da União acerca da indicação e designação de gestores e fiscais de contratos;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os funcionários abaixo relacionados para exercerem as funções de gestor e fiscais e responderem pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte Contrato:

Fiscal Técnico:	Kenia Cristina da Silva de Marchi	Matrícula:	●
Fiscal Técnico Substituto:	Wekson José Barbieri Mariano	Matrícula:	●
Gestor:	Douglas Ferrari Junior	Matrícula:	●
Contrato nº:	18/2020	Vigência:	21/07/2020 a 20/07/2021
Contratado:	AQUAFAST DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI		
Objeto:	Fornecimento sob demanda de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (gás de cozinha), acondicionado em cilindro P-13 botijão 13 kg, visando atender as necessidades da Sede do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo.		

Art. 2º Para efeitos desta Portaria conceitua-se:

- I. Gestão:** é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao Setor de Contratos para formalização dos procedimentos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;
- II. Fiscalização Técnica:** é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado;
- III. Fiscal Substituto:** é aquele que assume as funções do fiscal técnico na ausência e/ou no impedimento deste.



CRCES

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESPÍRITO SANTO

Art. 3º As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por empregados, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão e à fiscalização do Contrato.

Art. 4º Nos casos de atraso ou falta de indicação, de desligamento ou afastamento extemporâneo e definitivo do gestor ou fiscais e seus substitutos, até que seja providenciada a indicação, a competência de suas atribuições caberá ao requisitante dos serviços.

§ 1º O fiscal substituto atuará como fiscal do Contrato nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares do titular.

§ 2º Será facultada a contratação de terceiros para assistir ou subsidiar as atividades de fiscalização do representante da Administração, desde que justificada a necessidade de assistência especializada.

§ 3º O gestor ou fiscais e seus substitutos deverão elaborar relatório registrando as ocorrências sobre a prestação dos serviços referentes ao período de sua atuação quando do seu desligamento ou afastamento definitivo.

§ 4º Para o exercício da função, os fiscais deverão receber cópias e/ou ter acesso aos documentos essenciais da contratação pelo Setor de Contratos, tais como estudos preliminares, ato convocatório e seus anexos, contrato, proposta da contratada, garantia, quando houver, e demais documentos indispensáveis à fiscalização.

Art. 5º O gestor e os fiscais do Contrato serão responsáveis para representar o Conselho Regional de Contabilidade perante o contratado, e zelar pela boa execução do objeto pactuado.

Art. 6º O gestor e os fiscais do Contrato deverão zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de gestão, acompanhamento, orientação, fiscalização e avaliação da execução, controle e aceite, devendo ainda, no que couber:

- I. conhecer o inteiro teor do Contrato a ser fiscalizado e seus eventuais aditivos, inclusive as especificações contratadas e demais características do objeto, sanando quaisquer dúvidas com as demais áreas responsáveis pela Administração, objetivando seu fiel cumprimento;
- II. conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão e fiscalização;
- III. conhecer a descrição dos serviços a serem executados e acompanhar a sua execução, verificando a metodologia empregada, a utilização dos materiais, equipamentos e contingente em qualidades compatíveis e suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos, atuando tempestivamente na solução de eventuais problemas verificados;
- IV. verificar o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no Contrato, visitando o local onde o serviço estiver sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;
- V. acompanhar o cumprimento do cronograma físico-financeiro, comunicando à autoridade superior eventuais atrasos nos prazos de entrega do objeto;

VI. recusar os serviços prestados e respectivos materiais empregados em desacordo com o pactuado, solicitando, quando for o caso, que sejam refeitos por inadequação ou vícios que apresentem, notificando a contratada, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo);

VII. buscar esclarecimentos e soluções técnicas para as ocorrências que surgirem durante a execução dos serviços e antecipar-se na solução de problemas que afetem a relação contratual, tais como: greve de pessoal, não pagamento de obrigações, dentre outros;

VIII. estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do Contrato e informar à autoridade competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do serviço, determinando o que for necessário à regularização das faltas e defeitos observados (desfazimento, ajuste e correção);

IX. zelar pelo bom relacionamento com a contratada, mantendo um comportamento ético, probo e cortês, observando rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho das suas atividades;

X. comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões passíveis de aplicação de penalidades e/ou rescisão contratual, ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

XI. elaborar registro próprio e individualizado, de forma organizada e em ordem cronológica, onde conste o controle do saldo residual e as informações das determinações necessárias à regularização das faltas, bem como todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993;

XII. manter planilha atualizada do valor do Contrato, com seus aditivos, se houver, e os valores já pagos, em especial quanto aos contratos executados por demanda;

XIII. formalizar, sempre, os entendimentos com a contratada ou seu preposto, adotando todas as medidas que permitam compatibilizar as obrigações bilaterais;

XIV. realizar a medição dos serviços efetivamente realizados, de acordo com a descrição dos serviços, definida na especificação técnica do Contrato e emitir atestados de avaliação dos serviços prestados;

XV. receber, provisória e definitivamente, o objeto do Contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado, de acordo com o art. 73 da Lei nº 8.666/93, recusando, de pronto, objetos que não correspondam ao contratado;

XVI. conferir os dados das notas fiscais/faturas antes de atestá-las, realizando e/ou conferindo a medição dos serviços executados e promovendo as correções devidas, quando for o caso, verificando ainda a manutenção, por parte da contratada, das condições de habilitação e qualificação, mediante análise dos documentos necessários à sua avaliação, registrando em formulário próprio (check list);

XVII. controlar o saldo do empenho em função do valor da nota fiscal/fatura, de modo a possibilitar reforço de novos valores ou anulações parciais;

XVIII. indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, decorrente de glosas que porventura vierem a ocorrer;

XIX. encaminhar as notas fiscais/fatura, devidamente atestadas, em tempo hábil, ao Setor Financeiro para liberação do pagamento;

XX. comunicar à autoridade superior, bem como aos Setores de Licitações e de Contratos, eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento do CRCES;

XXI. avaliar a necessidade de readequação contratual caso sua execução não esteja plenamente de acordo com o disposto no Contrato, encaminhando à autoridade superior documento apontando as alterações necessárias, acompanhado das justificativas pertinentes para celebração do respectivo Termo Aditivo;

XXII. verificar, quando da proximidade do encerramento da vigência contratual, a necessidade da Administração em manter o serviço e interesse na sua prorrogação, emitindo nota técnica informando sobre a qualidade da prestação dos serviços e eventuais ocorrências porventura existentes, encaminhando em seguida, aos Setores de Licitações e de Contratos para continuidade dos trâmites;

XXIII. solicitar à autoridade competente, caso identificada a necessidade de nova licitação para a continuidade dos serviços, a elaboração de novo projeto básico ou termo de referência, com a antecedência mínima para nova contratação;

XXIV. confirmar, quando for o caso, para fins de restituição da garantia, o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, inclusive as trabalhistas e previdenciárias.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos ao dia 21 de julho de 2020, revogando-se as disposições em contrário.


Contador  **Estina Tasso**
Presidente


TERMO DE CONHECIMENTO

Declaramos ter conhecimento da Portaria CRCES nº 115/2020, por meio da qual fomos nomeados para exercermos as funções de gestor e fiscais, respondendo pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte Contrato:


Fiscal Técnico:	Kenia Cristina da Silva de Marchi			Matrícula:	●
Fiscal Técnico Substituto:	Wekson José Barbieri Mariano			Matrícula	●
Gestor:	Douglas Ferrari Junior			Matrícula:	●
Contrato nº:	18/2020	Vigência:	21/07/2020 a 20/07/2021		
Contratado:	AQUAFast DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI				
Objeto:	Fornecimento sob demanda de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (gás de cozinha), acondicionado em cilindro P-13 botijão 13 kg, visando atender as necessidades da Sede do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo.				

Vitória/ES, 03 de agosto de 2020.


Kenia Cristina da Silva de Marchi
Fiscal Técnico


Wekson José Barbieri Mariano
Fiscal Técnico Substituto

17/08/20


Douglas Ferrari Junior
Gestor da Execução do Contrato

MEMORANDO Nº. 032/2021 – Setor Administrativo

De: Diretoria Executiva

Para: Coordenadoria Jurídica

Ref.: Parecer jurídico – Vigência de Contrato nº 2020/000244 – AQUAFast DISTRIBUIDORES DE BEBIDAS EIRELI

Vitória, 26 de abril de 2021.


Prezado Dr. Leonardo Gonoring G. Simon,

Por meio do processo nº 2020/000244, foi firmado entre este CRCES e a pessoa jurídica AQUAFast DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI, o Contrato nº 18/2020, para o fornecimento sob demanda de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (gás de cozinha), acondicionado em cilindro P-13 botijão 13 kg, visando atender as necessidades da Sede do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo.

Em que pese o Contrato encontrar-se em execução, porém, considerando tratar-se de fornecimento de material de consumo, solicitamos nova avaliação quanto à possibilidade do referido Contrato ultrapassar o exercício financeiro, conforme consta em sua Cláusula Sétima (21/07/2020 a 20/07/2021), em face do disposto o artigo 57, inciso II da Lei 8666/93.


Contador Jorge Tadeu Laranja
Diretor Executivo CRCES

Recebi em ____/____/____.

Leonardo Gonoring Gonçalves Simon
Assessor Jurídico CRCES
Portaria nº 

PARECER JURÍDICO Nº 037/2021

Processo: ADM 2020/000244

Interessado: AQUAFAST DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI

Assunto: Possibilidade de Contrato de Fornecimento de Material de Consumo ultrapassar o exercício financeiro.

Considerações iniciais

1. Trata-se de processo administrativo de dispensa de licitação com fundamento no art. 24, II, da Lei n.º 8.666/93 para contratação direta de empresa especializada em fornecimento de gás liquefeito de petróleo – GLP (gás de cozinha) visando atender as necessidades da Sede do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo - CRCES, conforme Termo de Referência n.º 08/2020.
2. Esta Assessoria Jurídica foi provocada pelo Memorando n.º 032/2021, de lavra do Diretor Executivo, por meio do qual formula questionamento objetivo:

“Em que pese o Contrato encontrar-se em execução, porém, considerando tratar-se de fornecimento de material de consumo, solicitamos nova avaliação quanto à possibilidade do referido Contrato ultrapassar o exercício financeiro, conforme consta em sua Cláusula Sétima (21/07/2020 a 20/07/2021), em face do dispositivo o artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.”

Mérito

3. Primeiramente, esclareço que esta análise limita-se ao aspecto jurídico do processo de acordo com documentos juntados aos autos até o presente momento, sem adentrar em aspectos econômico-financeiros, técnicos ou de conveniência e oportunidade.
4. Como inicialmente relatado, o contrato de fls. 41/44, firmado com fundamento no art. 24, II, da Lei n.º 8.666/93, trata de contrato de fornecimento de material de consumo que, segundo o *caput* art. 57 da Lei n.º 8.666/93, tem sua vigência adstrita à vigência do respectivo crédito orçamentário, em respeito ao princípio da anualidade, vide arts. 2º e 34 da Lei nº 4.320, de 1964, que dispõem que o orçamento é anual e o exercício financeiro coincidirá com o ano civil (1º de janeiro a 31 de dezembro).

5. Marçal Justen Filho¹ ao comentar o art. 57, da Lei n.º 8.666/93 dispõe que

“O art. 57 reflete a disciplina constitucional. O *caput* do dispositivo estabelece a regra de que nenhuma contratação poderá ter prazo de vigência que ultrapasse o crédito orçamentário a que se vincular. As exceções estão previstas nos incisos do dispositivo.

Deve-se insistir em que as exceções consagradas nos incisos não se relacionam propriamente à natureza ou a importância do objeto da contratação. A disciplina adotada se relaciona com questões orçamentárias, pura e exclusivamente.”

6. Numa aparente incongruência, Advocacia Geral da União em sua Orientação Normativa n.º 39, de 13 de dezembro de 2011 estabelece que:

A vigência dos contratos regidos pelo art. 57, caput, da Lei 8.666, de 1993, pode ultrapassar o exercício financeiro em que celebrados, desde que as despesas a eles referentes sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, permitindo-se, assim, sua inscrição em restos a pagar.²

7. Sobre o tema RAP – Restos a Pagar, para que qualquer dúvida seja dissipada, importante trazer a disciplina constante no Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs³, assim como do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) do Tesouro Nacional⁴:

Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs

3.6.14 Restos a Pagar

3.6.14.1 Os valores referentes a Restos a Pagar estão vinculados aos estágios da despesa, representados pelo empenho, liquidação e pagamento e decorre da observância do Regime de Competência para as despesas.

3.6.14.2 Constituem Restos a Pagar as despesas empenhadas e efetivamente realizadas cuja liquidação tenha sido verificada no exercício.

3.6.14.3 Portanto, somente as despesas empenhadas, liquidadas e não pagas até o dia 31 de dezembro, devem ser inscritas em Restos a Pagar, pois se referem a encargos incorridos no próprio exercício.

3.6.14.4 As parcelas referentes a contratos, ordem de compras e/ou serviços, não liquidadas dentro do exercício, devem ser evidenciadas nas contas de controles de atos potenciais.

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei 8.666/93. 18 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, fl. 1204.

² Na forma do art. 36 da Lei nº 4.320/64, “consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas”.

³ https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/1_manual_cont.pdf

⁴ <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcaspp/2019/26>

4.7.1. Inscrição dos Restos a Pagar

No fim do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas serão inscritas em restos a pagar.

A inscrição de restos a pagar deve observar as disponibilidades financeiras e condições da legislação pertinente, de modo a prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, conforme estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Assim, observa-se que, embora a LRF não aborde o mérito do que pode ou não ser inscrito em restos a pagar, veda contrair obrigação no último ano do mandato do governante sem que exista a respectiva cobertura financeira, eliminando desta forma as heranças fiscais onerosas, conforme disposto no seu art. 42:

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

De tal forma, a norma estabelece que, no encerramento do exercício, a parcela da despesa orçamentária que se encontrar empenhada, mas ainda não paga, poderá ser inscrita em restos a pagar.

O raciocínio implícito na lei é de que, de forma geral, a receita orçamentária a ser utilizada para pagamento da despesa orçamentária já deve ter sido arrecadada em determinado exercício, anteriormente à realização dessa despesa.

Com base nessa premissa, assim como a receita orçamentária que ampara o empenho da despesa orçamentária pertence ao exercício de sua arrecadação e serviu de base, dentro do princípio do equilíbrio orçamentário, para a fixação da despesa orçamentária pelo Poder Legislativo, a despesa que for empenhada com base nesse crédito orçamentário também deverá pertencer ao referido exercício.

Observe-se, no entanto, que o critério de definição do exercício financeiro para alocar a despesa orçamentária não será o pagamento da mesma, e sim o seu empenho.

Considerando-se que determinada receita tenha sido arrecadada e permaneça no caixa, integrando o ativo financeiro do ente público ao fim do exercício, e que exista, concomitantemente, despesa empenhada com a ocorrência de fato gerador, mas sem a correspondente liquidação, deverá ser registrado o passivo financeiro correspondente ao empenho, atendidos os demais requisitos legais.

Caso contrário, o ente público apresentará no balanço patrimonial, sob a ótica da Lei nº 4.320/1964, ao fim do exercício, superávit financeiro indevido. Se este procedimento não for realizado, tal superávit financeiro indevido poderá servir de fonte para abertura de crédito adicional no ano seguinte, na forma prevista na lei 27. Porém, a receita que permaneceu no caixa na abertura do exercício seguinte estará comprometida com o empenho que foi inscrito em restos a pagar e, portanto, não poderá ser utilizada para abertura de novo crédito, o que ocasionará problemas para a Administração.

Dessa forma, para atendimento da Lei nº 4.320/1964, é necessário o reconhecimento do passivo financeiro quando verificada a ocorrência do fato gerador da obrigação patrimonial, mesmo não se tratando de obrigação presente por falta do implemento de condição, o qual somente se verificará com a devida liquidação.

Como exemplo, considere-se os seguintes fatos a serem registrados na contabilidade de determinado ente público:

Recebimento de receitas tributárias no valor de R\$ 1.000,00;

Empenho da despesa no valor de R\$ 900,00;

Liquidação de despesa corrente no valor de R\$ 700,00; e

Inscrição de Restos a Pagar, sendo R\$ 700,00 de Restos a Pagar Processado e R\$ 200,00 de Restos a Pagar Não Processado (900-700).

O ingresso no caixa corresponderá a receita orçamentária. O empenho da despesa é ato que potencialmente afetará o patrimônio. Deverá ser criado um passivo financeiro que comprometerá o ativo financeiro, diminuindo o valor do superávit financeiro, caso se verifique a realização do fato gerador patrimonial. Após o implemento de condição e a verificação do direito adquirido pelo credor, deve-se verificar os possíveis efeitos sobre o patrimônio.

Seguindo o procedimento acima descrito, o registro da despesa orçamentária ao longo do exercício deve ser realizado nas contas de natureza de informação orçamentária no momento do empenho, ao passo que nas contas de natureza de informação patrimonial deve-se verificar a necessidade de assunção de passivo financeiro, de acordo com a ocorrência do fato gerador da obrigação patrimonial.

Dessa forma, na situação acima descrita, todas as despesas serão inscritas em restos a pagar, segregadas entre "liquidadas e não pagas" e "não liquidadas". Assim, o total de restos a pagar inscrito será de R\$ 900,00, sendo R\$ 700,00 referentes a restos a pagar processados (liquidados) e R\$ 200,00

(900-700) referentes a restos a pagar não processados (não liquidados). Com isso, para o exemplo acima, tem-se superávit financeiro de R\$ 100,00, que corresponde à diferença entre a receita arrecadada de R\$ 1.000,00 e a despesa empenhada de R\$ 900,00.

Assim, para maior transparência, as despesas executadas devem ser segregadas em:

Despesas não liquidadas: aquelas empenhadas, mas que não cumpriram os termos do art. 63 da Lei nº 4.320/1964, que serão, ao encerramento do exercício, inscritas como restos a pagar não processados; e

Despesas liquidadas: consideradas aquelas empenhadas e em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

8. Nos termos do caput do art. 57 da Lei nº 8.666/93, salvo as exceções elencadas nos incisos do próprio dispositivo, os contratos administrativos devem ter sua vigência adstrita ao crédito orçamentário em que foram celebrados, mesmo que haja na doutrina compreensão sobre a possibilidade de se interpretar extensivamente o art. 57, uma vez que o objeto *in casu* é um dos itens que poderíamos classificar como fornecimento de duração continuada e previsibilidade de quantitativo, pois a compra de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP (gás de cozinha) pela Administração Pública é ininterrupta.

9. A vedação aqui trazida pelo art. 57 da Lei nº 8.666/93 desborda no na contabilidade pública, uma vez que o saldo eventualmente empenhado que não será executado dentro do exercício financeiro conceitualmente não pode ser inscrito em

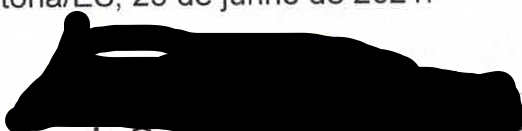

Restos a Pagar, conforme o próprio Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, de modo que para os contratos de fornecimento de bens e serviços deve se aplicar a integralidade do caput do art. 57, limitando sua vigência ao exercício financeiro.

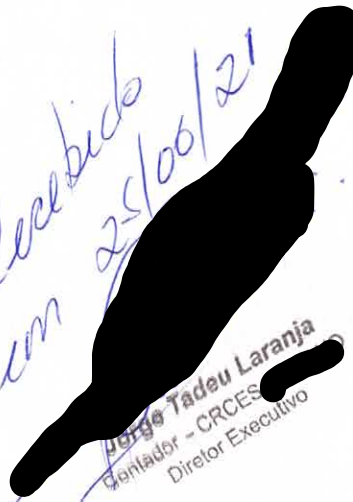
Conclusão

10. Diante de tais apontamentos de direito, considerando o disposto no art. 57, da Lei n.º 8.666/93, bem como no Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, opino pela observância da vigência dos contratos exercício orçamentário em que foram celebrados, aplicando somente a hipótese de Restos a Pagar – RAP as despesas liquidadas e não pagas dentro do exercício.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Vitória/ES, 25 de junho de 2021.


Leonardo Gonoring Gonçalves Simon
Assessor Jurídico CRCES
OAB/ES 

Recebido em 25/06/21

Jorge Tadeu Laranja
Gerente - CRCES
Diretor Executivo

